

ALINE DA SILVA SANTOS

**GRACILIANO RAMOS: LITERATO E GESTOR - CONTRIBUIÇÕES À
EDUCAÇÃO ALAGOANA (1920 - 1940)**

MACEIÓ

2013

ALINE DA SILVA SANTOS

**GRACILIANO RAMOS: LITERATO E GESTOR - CONTRIBUIÇÕES À
EDUCAÇÃO ALAGOANA (1920 - 1940)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), para a obtenção do grau de licenciada.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira.

**MACEIÓ
2013**

ALINE DA SILVA SANTOS

**GRACILIANO RAMOS: LITERATO E GESTOR - CONTRIBUIÇÕES À
EDUCAÇÃO ALAGOANA (1920 - 1940)**

Aprovado em: ___/ ___/ 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças de Loiola Madeira
Orientadora – UFAL

Prof^ª. Ms. Andréa Giordanna Araújo da Silva
Examinadora - UFAL

Prof^ª. Ms. Edna Telma Fonseca e Silva Vilar
Examinadora - UFAL

Prof. Dr. Wilson Correia Sampaio
Examinador- UFAL

CURSO DE PEDAGOGIA

Maceió – 2013

DEDICO

Aos meus pais, pelo apoio nos momentos em que
tinha que me dedicar aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser o meu amparo, por sua presença imprescindível em minha vida.

Agradeço aos meus pais, por todo o amor e formação que me proporcionaram e, felizmente, conseguiram ver os resultados.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a. Maria das Graças de Loiola Madeira, que, incansavelmente, apontou-me o caminho da pesquisa para que este trabalho obtivesse êxito.

Agradeço aos professores Wilson Correia Sampaio, Andréa Giordanna Araújo da Silva e Edna Telma Fonseca e Silva Vilar, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos da graduação e, em especial, aos do grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas, por partilharmos momentos inesquecíveis e pela colaboração durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico (IHGAL) e Arquivo Público de Alagoas (APA), pelo auxílio nas pesquisas.

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas, ao Centro de Educação e toda equipe de profissionais, que contribuíram para minha trajetória acadêmica.

Obrigada!

“[...] O conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente deve ser, [...] um conhecimento através de vestígios. O passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (Marc Bloch).

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a contribuição de Graciliano Ramos para o campo escolar, sobretudo no âmbito da política pública educacional. Este texto faz uma análise dos escritos ficcionais e dos documentos produzidos durante a sua gestão na educação escolar alagoana, na tentativa de responder a pergunta: **Quais as contribuições reflexivas e operacionais de Graciliano Ramos para a educação escolar alagoana?** Busco compreender as imagens da educação escolar em alguns elementos da literatura graciliânica: *São Bernardo* (1934); *Angústia* (1936); *Infância* (1945); *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* (1962) e *Linhas Tortas* (1962), bem como analisar as contribuições de Graciliano Ramos para a educação escolar do estado de Alagoas no exercício dos cargos de Prefeito da cidade de Palmeira dos Índios e Diretor da Instrução Pública do estado de Alagoas. Quanto à historiografia da educação a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa inscreve-se nos fundamentos de Bloch (2001); Lopes (2001; 2005); Pesavento (2006) dentre outros autores, que me deram suporte teórico a respeito de uma leitura baseada nos estudos que renovaram a pesquisa historiográfica nos anos de 1940. Além dos escritos de Graciliano Ramos utilizo como fontes para estudá-lo: Clara Ramos (1979); Ivan Barros (1984); Moacir Sant'ana (1992); Dênis Moraes (2012) e registros do Instituto Histórico e Geográfico e Arquivo Público de Alagoas, oriundos de órgãos da imprensa alagoana nos anos compreendidos entre 1920 e 1940. A partir da análise das obras, observo que a escola representada na literatura do escritor insere-se nos moldes tradicionais, em razão dos professores sem formação qualificada para o magistério e o pouco valor a profissão docente, um ensino que não problematizava a vida do aluno e com o uso rotineiro de castigos corporais escolares. Apesar do pouco tempo gerindo a escolarização de Alagoas, Graciliano Ramos foi rigoroso no emprego dos recursos públicos para atender as necessidades da escola destinada ao povo. Destarte, esforçou-se para abolir um perfil de instituição escolar de Alagoas semelhante ao retratado em sua literatura.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. Literatura e História - Gestão Educacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. AS IMAGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS OBRAS: <i>SÃO BERNARDO; ANGÚSTIA; INFÂNCIA; VIVENTES DAS ALAGOAS: QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE E LINHAS TORTAS</i>	17
2. O GESTOR: AS CONTRIBUIÇÕES DE GRACILIANO RAMOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO EM ALAGOAS NOS ANOS 1920-1940	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

O trabalho nasce de uma inquietação a respeito da pouca atenção dada nas pesquisas científicas aos escritos de Graciliano Ramos relativos ao âmbito escolar. Uma aproximação tímida talvez seja com a obra *Infância*, por fornecer subsídios para a compreensão da educação escolar de uma criança de classe média no interior do Nordeste. Em relação aos demais escritos do autor, mesmo sendo possível encontrar alguns elementos de reflexão pedagógica - em *São Bernardo*, *Angústia*, *Viventes das Alagoas e Linhas Tortas* -, não há trabalho aprofundado a respeito.

Os estudos científicos desenvolvidos sobre as obras do romancista são, em grande parte, no âmbito da Literatura, como: *Um fausto cambembe: Paulo Honório* (2006) de Vivianne Faria; *Abertura entre as nuvens: uma reinterpretação de Infância, de Graciliano Ramos* (2008) de Gustavo Ribeiro; *Infância de Graciliano Ramos: um relato dentro do período pós-abolição* (2010) de Wellington Pereira e *Graciliano Ramos: formação intelectual, literária e campo de conflito da escritura em São Bernardo* (2012), de Francisco Bastos.

Em 2012, com a publicação das obras: *O Velho Graça*, de Dênis de Moraes¹, e *Garranchos Graciliano Ramos*, de Thiago Mio Salla², constatou-se a existência de mais de 300 escritos, dentre livros, dissertações, teses e ensaios publicados em periódicos sobre a literatura do ficcionista alagoano, porém nenhum relativo à educação escolar, o que parece demasiado estranho considerar-se que, desde cedo, Graciliano Ramos assumiu cargos relacionados à educação no estado de Alagoas. Na cidade de Palmeira dos Índios, por exemplo, ele foi professor, inspetor do ensino, Presidente da Junta Escolar e Prefeito nos anos de 1920 e, posteriormente, em Maceió exerceu a função de Diretor Geral da Instrução Pública no período de 1933 a 1936.

Colocadas estas observações iniciais, ressalto que o objetivo central desta pesquisa é realizar a análise dos escritos ficcionais e das funções de gestor de Graciliano Ramos no âmbito da escolarização alagoana. Para tanto, busco capturar a representação de escola em alguns elementos da literatura graciliânica e conteúdos sobre a educação escolar veiculados na imprensa alagoana nas décadas de 1920 e 1930.

¹ A primeira edição do livro *O velho Graça* é de 1992, publicado por ocasião do centenário de nascimento de Graciliano Ramos.

² *Garranchos Graciliano Ramos* é um conjunto de escritos de Graciliano Ramos (até então ainda inéditos em livro) organizado por Thiago Mio Salla.

O interesse em desenvolver um estudo na área de História da Educação surgiu com o ingresso no grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, em 2009, e com minha participação no projeto intitulado “*Roteiro de fontes da educação em periódicos de Alagoas (1870-1950)*”, onde conheci alguns trabalhos educacionais de autores alagoanos, notícias sobre a escola veiculadas nos periódicos localizados nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público de Alagoas. Com esta experiência, pude ampliar a minha visão sobre a História da Educação alagoana. Além disso, quero destacar também a formação como pesquisador iniciante na condição de bolsista Pibic no projeto “*Recuperação da produção bibliográfica de docentes alagoanos (1840-1960)*”, desde 2011, que consistia em localizar e transcrever acervo de obras raras publicadas por docentes em Alagoas do Império à República, a fim de torná-las acessíveis ao público através de *site*. O conjunto dessas experiências me deu fôlego teórico para este estudo ao qual me proponho.

A escolha da temática: “**Graciliano Ramos: Literato e gestor - contribuições à educação escolar alagoana (1920-1940)**”, como base de minha investigação, esteve pautada, sobretudo, na leitura dos escritos *São Bernardo* (1934); *Angústia* (1936); *Infância* (1945); *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* (1962) e *Linhas Tortas* (1962)³, literatura que forneceu subsídios para reflexões no âmbito educacional acerca de temas relacionados (dentre outros aspectos) à escola, à formação docente e às práticas de ensino.

O primeiro livro analisado foi *São Bernardo*, nele, a escola é representada como um elemento secundário, em um ambiente rural, pelo narrador e protagonista Paulo Honório, local onde é desnecessário gastar dinheiro com materiais de ensino e em que os requisitos exigidos para o exercício da docência eram o escrever, ler e contar. Na obra, a suspeita em relação a moral duvidosa por parte da professora da Escola Normal é recorrente, pensamento que parecia ser nacionalmente partilhado⁴.

Já na narrativa de *Angústia*, a imagem da educação escolar predominante está intrinsecamente relacionada com uma marca autoritária, embasada no modelo de sociedade patriarcal, em que o uso dos castigos físicos é visto como instrumento didático essencial para a aprendizagem escolar. A escola não era um lugar agradável e prazeroso para os alunos, tampouco para os professores que dormiam durante as lições.

Em *Infância*, a escola é representada como um lugar de correção, onde os adultos maltratam as crianças consideradas rebeldes com castigos rigorosos, insultos e escárnios. Essa

³ As datas indicadas correspondem aos anos de publicações das primeiras edições (em livro) das obras referidas.

⁴ Conforme Caminha (2007) e Costa (2011) as normalistas eram mulheres que buscavam na Escola Normal um modo mais fácil de arranjar um casamento.

imagem tão desagradável da instituição escolar ainda era uma herança dos métodos disciplinares implantados pelos religiosos que lecionavam nas casas-grandes e nos rígidos colégios jesuíticos e também dos mestres régios, cujas práticas didáticas eram cunhadas numa educação severa.

Na crônica “*Professores Improvisados*”, do livro *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* (1962), Graciliano Ramos faz refletir sobre o significado de tornar-se educador nas décadas iniciais do século XX no Nordeste brasileiro. Nesse período, no estado de Alagoas, os professores eram nomeados para o cargo por políticos, pois não havia concurso para ingresso na carreira. A profissão docente era uma forma de sobrevivência que adquiriu a feição de rebaixamento moral⁵, visto que não se exigia formação específica para o exercício do cargo (COSTA, 2011).

O último livro analisado foi *Linhas Tortas*, especificamente as crônicas “Um novo ABC” e a que compõe a VI seção “Traços a Esmo”, onde Graciliano Ramos avalia a incompatibilidade entre o imaginário infantil e os livros de leitura. Ele expressa, nesses escritos, uma defesa pela produção de livros na qual os autores considerem a capacidade de aprendizagem da criança.

Graciliano Ramos como gestor nos cargos de Prefeito da cidade alagoana de Palmeira dos Índios (1928) e Diretor da Instrução pública de Maceió (1933) lutou para extinguir um perfil de escola semelhante ao representado em suas obras: professores sem formação qualificada para o exercício docente, livros incompatíveis com o imaginário infantil, escolas isoladas E castigos corporais nas práticas de ensino.

Nesta pesquisa, entende-se que o sujeito não está deslocado de seu tempo, por isso ressalta-se a contextualização da escolarização no Brasil nos anos iniciais do século XX, em particular Alagoas. No período, a instituição escolar brasileira vivenciava a abertura às classes populares, afirmando-se como uma instituição social central. Essa abertura consistia no processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira. Destarte, o Estado, ao incorporar os princípios liberais por meio da educação, modelaria o novo cidadão, conforme o ideário vigente (hegemônico), regenerando-o, combatendo seus vícios e maus costumes. A finalidade da escola, neste sentido, era favorecer “uma visão mais racional do mundo, modificando hábitos e condutas arraigados e conduzindo as novas gerações em direção aos pressupostos e valores da modernidade” (SOUZA, 2008, p. 22).

⁵A profissão docente assumiu o caráter de rebaixamento moral no sentido que qualquer um podia exercer o cargo, pois não havia exigência de qualificação para o exercício da profissão na época (COSTA, 2011).

Na gestão dos cargos de prefeito e Diretor da Instrução Pública, Graciliano Ramos deparou-se com a política do coronelismo⁶ nas terras alagoanas. O patrimônio público era usufruído por uma minoria da população, portanto, a educação primária ficava sob o controle dos chefes políticos que criavam instituições de ensino e escolhiam os professores para torná-los refém dos seus próprios interesses.

Na imprensa alagoana, nos anos de 1933, o analfabetismo era visto como um grande mal que afligia a humanidade. A proporção de analfabetos era de 80%⁷ da população do Estado, contra 75%⁸ da média nacional. Resolver esse problema era fundamental para o progresso da nação, pois o analfabetismo era concebido como a causa de todos os males sociais (AZEVEDO, 2000). A educação escolar, nesta perspectiva, era concebida a partir de um discurso iluminista que a revestia de um caráter redentor social. Desse modo, a crença no poder da escola era acentuada por toda a sociedade.

Graciliano Ramos não escapou dessa concepção iluminista da educação escolar. No ano de 1921, em Palmeira dos Índios, associou a escolarização ao fator de progresso, que retirava a “cegueira da alma”⁹. O analfabetismo foi enfatizado pelo autor como elemento de atraso e “grande mal que ameaçava derruir a moral do povo”¹⁰. Essas exposições revelam as “miopias de cada época”, que fazem com que o intelectual, em sua produção, informe sobre o que foi estimado a ver (BLOCH, 2001). Isto impõe limites na escrita de qualquer autor, por isso é relevante salientar que o historiador não busca fazer julgamentos, mas, sobretudo, compreender o homem em seu tempo, fundindo texto e contexto, entendendo que esse passado deve provocar leituras ressignificadas ao pesquisador atual.

Conforme antecipado a questão central desta pesquisa é saber sobre “as contribuições reflexivas e operacionais de Graciliano Ramos para a educação escolar alagoana”, visto que há uma lacuna a respeito¹¹. O acesso às obras: *Garranchos Graciliano Ramos* organizada por Thiago Mio Salla (2012) e *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*, de Dênis de Moraes, publicadas em 2012, ajudaram neste propósito, por ampliar as possibilidades de leitura e compreensão do papel desempenhado tanto pelo homem quanto pelo literato Graciliano Ramos. O primeiro livro reúne 81 textos (até então inéditos em livros) escritos

⁶ Conforme Verçosa (2006, p. 98), o coronelismo teve a sua origem “no mandonismo local que vem dos tempos da Colônia e atravessa todo o Império”. Trata-se de um sistema de poder político que se caracteriza pelo grande poder centralizado nas mãos, geralmente, de um grande proprietário de terra.

⁷ *Jornal de Alagoas*, 7 de março de 1933.

⁸ *Jornal de Alagoas*, 28 de outubro de 1933.

⁹ Garranchos IV do jornal *O Índio* In Garranchos de Graciliano Ramos org. Thiago Mio Salla.

¹⁰ Garranchos VI do jornal *O Índio* In Garranchos de Graciliano Ramos org. Thiago Mio Salla.

¹¹ Conforme Sant’ana (1992), havia uma escassez de documentos sobre a educação alagoana no período em que a mesma foi gerida por Graciliano Ramos.

pelo autor de *Vidas Secas*, em diferentes momentos de sua trajetória de vida. Tratam-se de textos que expõem, já nos anos de 1920, em Palmeira dos Índios, a sua preocupação com a questão social, ao exigir do governo abertura de escolas e a capacitação de professores para o exercício do cargo. O segundo livro apresenta um perfil biográfico do escritor, com ênfase à contextualização das etapas do seu percurso de vida.

Alguns autores colaboraram na compreensão do contexto histórico da estrutura da educação escolar brasileira no século XX, a exemplo de Pinheiro (2001); Geraldo Filho (2001); Veiga (2007) e Souza (2008). Para o entendimento local do campo escolar, a escrita de Bastos (1939); Verçosa (2006) e Costa (1931/2011), todas foram de relativa importância ao salientar a história da trajetória do sistema de ensino e da educação no Estado, e possibilitar a compreensão do lugar social de onde Graciliano Ramos geriu a educação escolar.

No âmbito da administração, os trabalhos de Anísio Teixeira, *Natureza e função da Administração Escolar* (1968), e de Benno Sander, *Administração da educação no Brasil* (1982), contribuíram para o entendimento acerca de como se formou um campo teórico sobre a administração educacional no Brasil na década de 1930, período em que Graciliano Ramos atuou como administrador público.

Este trabalho divide-se em dois capítulos. O primeiro aborda a representação da escola nas obras *São Bernardo*, *Angústia*, *Infância*, *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* e *Linhas Tortas* do ficcionista alagoano. Obras escolhidas por apresentarem elementos para reflexão no âmbito educacional. Vale destacar que *Infância* recebeu uma atenção incomparavelmente maior em relação aos outros textos abordados, em função de apresentar mais informações sobre a educação escolar de Graciliano Ramos. No segundo capítulo, é feita a análise das contribuições de Graciliano Ramos para a educação alagoana, tanto como prefeito em Palmeira dos Índios quanto como Diretor da Instrução Pública do estado de Alagoas. As fontes usadas são os relatórios da prefeitura de Palmeira dos Índios publicados no Jornal *Diário Oficial* nos anos de 1927 e 1928, as matérias jornalísticas veiculadas no periódico de Maceió *Jornal de Alagoas* (1933/1936) localizadas nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público de Alagoas, e os Decretos sobre instrução pública no século XX.

Um perfil do escritor Graciliano Ramos

Graciliano Ramos, escritor alagoano, nasceu em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo (AL), no recém-instalado regime republicano. Ao aplicar-se nos estudos de língua estrangeira, autodidaticamente aprendeu Latim, Francês, Inglês e Italiano, chegando, inclusive, a ministrar aulas particulares de línguas no Colégio Sagrado Coração (1920), em Palmeira dos Índios, conforme Barros (2005). Desde a adolescência, conseguia ler textos de Marx e Lênin em francês, portanto, logo se aproximou de ideias libertárias. Tornou-se conhecido no círculo literário nacional de um modo bem particular: ao ser prefeito de Palmeira dos Índios, exercendo obrigações habituais de prestar contas ao governador do Estado, por meio de relatórios (1929/1930) dando conhecimento dos trabalhos efetivados com a verba disponível. A publicação em periódicos alagoanos, e com repercussão em outras partes do país, acentuou a curiosidade do poeta Augusto Frederico Schmidt, que começou a supor que aquele prefeito de uma cidade do interior guardava um romance na gaveta. De fato, havia cinco anos, Graciliano escrevia seu primeiro romance, *Caetés*. Escreveu também as obras: *São Bernardo*, *Angústia*, *Vidas Secas*, *Infância*, *Insônia*, *Memórias do Cárcere*, *Viagem*, *Linhas Tortas*, *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*, *Alexandre e outros heróis* e *Cartas*, de acordo com Moraes (2012). De sua primeira ida ao Rio de Janeiro (1915), destacam-se algumas passagens por jornais como: *A Tarde*, *O Século* e *Correio da Manhã*, onde desenvolvia crônicas. Em Alagoas, colaborou com publicações nos jornais: *O Dilúculo* (1904), *Echo Viçosense* (1906), *Jornal de Alagoas* (1909/1933), *Correio de Maceió* (1911) e *O Índio* (1921). Ainda nesse Estado, exerceu a função de Diretor da *Imprensa Oficial* nos anos de 1930. Em 1936 foi preso¹² em Maceió, acusado de ser comunista (Intentona). Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil em 1945, por acreditar firmemente que o socialismo era o caminho para a justiça social.

Fundamentos teórico - metodológicos

A abordagem teórico-metodológica empregada nessa pesquisa inscreve-se nos fundamentos da Nova História Cultural¹³ que possibilita a ampliação do tipo e do uso de fontes, o aparecimento de novas técnicas, novos temas e novos objetos para problematizar e investigar o desenvolvimento da história. O presente estudo apoiou-se em pesquisa e

¹²Vários intelectuais brasileiros estiveram presos pelo governo de Getúlio Vargas com Graciliano Ramos, dentre eles: Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Hermes Lima, Castro Rebello e Leonidas Resende, conforme FROTA-PESSOA, NUNES E KAPLAN (1988).

¹³ No âmbito das pesquisas educacionais foi a partir da década de 1980, que se instauraram mudanças no fazer histórico, com o advento da Nova História Cultural.

documental utilizando como fontes obras literárias e periódicos alagoanos, estes encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público de Alagoas.

Neste trabalho, tratarei de dois tipos de fontes: uma ligada à ficção e outra relacionada aos relatos do governo. Essas duas matrizes de informação são diferentes entre si, porque objetivam também, cada uma, uma perspectiva.

Os trabalhos: *Os desafios teóricos da História e a Literatura* (2003), de Mendonça e Alves; *História da Educação e Literatura: algumas ideias e notas* (2005), de Lopes; *Fontes e objetos históricos no ensino de História da Educação: os lugares do texto literário* (2006), de Moraes, e *História e Literatura: uma velha-nova história* (2006), de Pesavento, indicam estudos realizados na História da Educação tendo como referencial teórico-metodológico as relações entre história, ficção, literatura, memória e produção literária. Existe uma tendência que procura aproximar a História da Educação e a Literatura por meio de pressupostos que possibilitem reconhecer processos educacionais revelados nos escritos literários.

A utilização do texto literário como fonte de pesquisa na área de História da Educação mereceria ser usado com mais vigor, em razão das possibilidades que determinado tipo de fonte oferece para análise de práticas e representações do ensino, das escolas, da educação, bem como dos primeiros estágios do ciclo de vida como a infância. Analisar obras literárias a partir de um enfoque histórico pode permitir:

[...] a descoberta de mundos completamente diferentes daqueles exibidos por outro tipo de texto escrito. Atualmente a escola, as relações escolares, as brincadeiras e o mundo infantil são objetos das ciências sociais, fazem-se dissertações e teses; no entanto, durante muitos anos essa realidade foi trazida por outro tipo de texto, os literários: romances, novelas, pequenos contos para crianças, [...] até mesmo a poesia. Em História da Educação, essa fonte começa a ser mais bem aproveitada e tem propiciado emergirem do desconhecido o cotidiano de escolas, formas de socialização, maneiras de trajar, relações, tudo isso que faz parte da vida de homens e mulheres [...]. (LOPES; GALVÃO, 2001, p.85).

É possível identificar representações a partir da literatura, desde que sejam respeitadas as especificidades desse gênero textual, que propõe o recurso da imaginação, a criatividade, a ficção ou pelo verossímil aproximar-se do real (GOUVÊA; FARIA FILHO E ZICA, 2007). O texto literário é, desse modo, uma fonte privilegiada para o historiador, visto que “lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam” (PESAVENTO, 2006, p.51).

Como destacou Michel de Certeau (1982), ligar as ideias a seu lugar é o ofício singular do historiador. “O historiador quer e se empenha em atingir o real acontecido, uma verdade

possível, aproximada do real tanto quanto lhe for permitido. Esta é a sua meta, a razão de seu trabalho e este desejo de verdade impõe limites à criação” (PESAVENTO, 2006, p. 41).

Os limites entre ficção e verdade são considerados na área das ciências humanas cada vez mais tênues. Uma obra literária não espelha a realidade, mas sim uma fração do real que resulta de uma “reinterpretação” e de uma “reelaboração”, mesmo sofrendo influência social, o seu domínio é principalmente estético (LOPES; GALVÃO, 2001). Nesta perspectiva, o estudo exige do pesquisador a rigidez metodológica e uma compreensão que ultrapassa a fonte e alcança dimensões históricas e sociais mais vastas em que o objeto foi construído.

Segundo Bloch (2001, p. 89), “[...] nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também, podem ser falsificados”. Desse modo, as fontes ditas verdadeiras (ou que se propõem a isso), como o documento, o texto ou o arquivo, não são a amostra determinante de uma verdade, seja ela qual for, visto que são produções da sociedade, que as produziu conforme as relações de forças que nela detinham o poder.

No processo de desenvolvimento desta pesquisa, além do uso das fontes literárias, foi feita análise documental nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico e no Arquivo Público de Alagoas para estudo de documentos como relatórios da prefeitura de Palmeira dos Índios, Arapiraca e Rio Largo, Decretos sobre a instrução pública no século XX e nos periódicos *Diário Oficial* (1927/1928/1930) e *Jornal de Alagoas* (1933/1936), devido à possibilidade de encontrar conteúdos relacionados à educação escolar que circulavam na imprensa alagoana e assim cercar-me de elementos que fornecessem uma maior riqueza de informação a respeito da atuação de Graciliano Ramos em solo alagoano.

Com a publicação da obra *Garranchos Graciliano Ramos*, organizada por Thiago Mio Salla, em 2012, tive acesso a mais de 80 textos do ficcionista alagoano, veiculados em periódicos nunca publicados em livro. Textos que revelam, nos anos de 1920, a sua visão a respeito do analfabetismo, as reivindicações ao governo sobre a necessidade da abertura de mais escolas e da formação docente.

A experiência que tive com os periódicos nos primeiros dias de investigação foi desanimadora, visto que eram raras as notícias sobre a escola nos anos 1927 e 1928. Além disso, o fato de ter que as transcrever para, depois, analisá-las tornou o desenvolvimento da pesquisa vagaroso. Tal situação levou-me a constatar que seria um trabalho árduo e monótono. Em que pese o fato de que o trabalho do historiador com as fontes é lento, vagaroso, é essencial ter paciência para entender que as informações não estão à disposição do pesquisador. Neste sentido, encontrar certo dado nos periódicos pode representar dias ou

semanas de busca, por isso, é fundamental manter-se firme no objeto que se pretende pesquisar.

Passei a investir na garimpagem da fonte jornalística pela necessidade de encontrar registros sobre a escola nas décadas iniciais do século XX, época na qual Graciliano Ramos foi prefeito de Palmeira dos Índios e Diretor da Instrução Pública em Maceió. Segundo Sodré (1999, p. 6), a periodicidade do jornal objetiva “facilitar a compreensão do desenvolvimento de qualquer processo ou fenômeno”. Destarte, a análise dos periódicos, de precioso valor histórico, muito pode contribuir para enriquecer os conhecimentos sobre as questões educacionais.

Um aspecto relevante da pesquisa com esse tipo de documento é que não se pode tomar como verdade as informações circuladas nesses escritos sobre a educação escolar alagoana, esse elemento aproxima-o da fonte ficcional. Assim, “O jornal, entendido como potente mecanismo de produção da memória, deve ser problematizado [...] interpretado como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam [...] justificativas para a ação social”. (VIEIRA, 2007, p.14). Há, portanto, a necessidade de problematizar as fontes, sobretudo, comparando os registros escritos com outras informações.

CAPÍTULO 1

AS IMAGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS OBRAS: *SÃO BERNARDO; ANGÚSTIA; INFÂNCIA; VIVENTES DAS ALAGOAS: QUADROS E COSTUMES DO NORDESTE E LINHAS TORTAS*

Parte da literatura de alguns dos renomados escritores do Brasil, tais como Raul Pompéia, Viriato Corrêa e José Lins do Rêgo, oferece um leque de imagens e representações sobre a educação escolar em tempos remotos.

A obra literária, por exemplo, de Raul Pompéia, “*O Ateneu*”, publicada pela primeira vez em 1888, aborda as experiências vivenciadas por Sérgio, no Rio de Janeiro, quando foi matriculado no internato de um colégio, com dez anos. Na vida real, o autor estudou no Colégio Abílio. Este escrito apresenta uma descrição romanceada da vida escolar do autor, no qual se encontram muitas representações e práticas escolares: métodos de avaliação, ensino e aprendizagem de disciplinas. O tratamento dado à infância nesses ambientes era caracterizado por uma rigorosa disciplina.

No Ateneu, diariamente, no café da manhã, Aristarco, diretor do colégio, apresentava em alta voz o desempenho de cada aluno. Quando Sérgio foi chamado por ele, durante a leitura do livro de notas, devido ao seu fracasso nos exames, “A congregação justiceira dos colegas voltou-se [...], contra [ele]. Os vizinhos de lugar à mesa se afastaram dos dois lados, para que [ele] melhor fosse visto” (POMPÉIA, 1981, p. 76). A prática do diretor, de expor as notas em público, a fim de constranger os alunos, incutia nestes a necessidade de esforçar-se nas atividades do colégio, a fim de conseguir melhores notas nos testes para evitar esse tipo de coerção. O constrangimento diante dos outros era uma das estratégias essenciais para induzir autodisciplina nos alunos no século XIX (VEIGA, 2007).

O livro “*Cazuza: a história verdadeira de um menino de escola*”, de Viriato Corrêa, publicado em 1938, é outro exemplo de recordações da infância e da instituição escolar. Este escrito aborda as memórias do tempo de menino de Cazuza. Conforme Dória (2008), as mensagens com ensinamentos morais predominam nesse romance, determinando valores, posturas e atitudes corretas. Esses aspectos também podem ser observados na obra *Infância*, de Graciliano Ramos, no capítulo *O Barão de Macaúbas*, quando o autor refere-se as suas experiências de leitura com o livro de Abílio Cezar Borges (Barão de Macaúbas) que narra

uma história de um menino desocupado que, no caminho da escola, dialogava com pássaros e recebia conselhos deles.

Conforme Doria (2008, p. 48), a razão dessa predominância está no fato de que “as crianças foram e sempre serão educadas por adultos: reprovar comportamentos indesejáveis e antissociais será sempre uma constante no processo educativo”. Assim sendo, um livro infantil nunca poderá apresentar um exemplo considerado impróprio sem permitir, de maneira explícita (ou implicitamente), uma recriminação a tal conduta.

No imaginário de Cazuzza, a escola era um lugar de alegria. Mas, logo que lá chegou, uma grande casinhola de palha, com casas de maribondos, o professor era uma figura que causava medo. O menino perdeu o gosto de frequentá-la. Semelhante a Cazuzza, o menino Graciliano Ramos, em suas memórias (em *Infância*), relata a imagem da instituição escolar como um lugar maçante, enfadonho, onde os adultos cumpriam o dever de massacrar as crianças com castigos físicos, a fim de corrigir os maus comportamentos.

No livro *Cazuza* são descritos vários métodos de correção, o que era recorrente na instituição escolar, pois:

Tudo era motivo para castigo: uma lição mal sabida, uma escrita mal feita, uma palavra errada, um cochilo, um ar distraído, até um sorriso. Por uma falta pequena ficava-se de pé, no centro da sala ou à porta da rua. Se a falta era maior, punha-se a criança de joelhos no meio da sala (CORRÊA, 1983, p. 34).

Vale a pena observar que os métodos de controle de disciplina (como as “reguadas” na cabeça, puxões de orelhas e o uso da palmatória) serviam tanto para corrigir quanto como instrumento de emulação, nas atividades de verificação de aprendizagem nas famosas sabatinas. Tais práticas eram naturalizadas e até estimuladas na época.

O escrito de memória escolar “*Doidinho*”, de José Lins do Rego, foi publicado, pela primeira vez, em 1933, época em que o Brasil estava num processo de industrialização e era necessário educar os sujeitos para o mundo da fábrica, razão que impõe a centralidade da disciplina, da conformação. Carlos de Melo, “*Doidinho*”, apelidado assim por seu professor, foi levado por seu avô para um colégio interno. No texto de Rego, o elemento predominante é o uso dos castigos físicos, chegando, inclusive, a deixar hematomas nas mãos das crianças.

Na obra, a concepção do velho professor autoritário e repressor impõe-se para *Doidinho*:

Pareceu-me aí o diretor [que também era professor da escola] uma figura de carrasco. Alto que chegava a se curvar, de uma magreza de tísico, mostrava no rosto

uma porção de anos pelas rugas e pelos bigodes brancos. Tinha uns olhos pequenos que não se fixavam em ninguém com segurança. Falava como se estivesse sempre com um culpado na frente, dando a impressão de que estava pronto para castigar (REGO, 1980, p.5).

Evidencia-se a figura do professor como alguém investido de autoridade inquestionável e quase absoluta, que causava medo às crianças. Além disso, havia a crença de que o castigo físico seria fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, por isso, perpetuava-se a utilização dos métodos disciplinares nas práticas docentes.

Quero ressaltar, nestes breves fragmentos, que a nossa literatura é rica de imagens sobre educação e escola em nossa história. As obras literárias representam, na História da Educação, uma fonte riquíssima de temáticas, seja para o estudo da infância, do nosso sistema de ensino, das lutas engendradas para a conformação do campo educacional, das práticas e espaços escolares, em suma, da cultura escolar.

Com base nesse entendimento, proponho capturar neste capítulo, as representações da educação escolar nas obras: *São Bernardo*; *Angústia*; *Infância*; *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* e *Linhas Tortas* de Graciliano Ramos.

São Bernardo

Segundo romance de Graciliano Ramos, *São Bernardo* teve a sua primeira publicação em 1934, pela editora Ariel no Rio de Janeiro. O enredo de *São Bernardo* pode ser sintetizado à história de Paulo Honório, personagem e narrador que, na trajetória de conquistas materiais, consegue adquirir a fazenda São Bernardo localizada em Viçosa, no interior do estado de Alagoas. Com uma visão mecanicista do mundo, Paulo Honório, homem rude e ambicioso, analisa e quantifica tudo, até mesmo as relações humanas. A condição de proprietário e o sentimento de propriedade são aspectos inerentes à identidade e aos atos do protagonista, compondo o núcleo temático central do livro.

Paulo Honório não se importava se os outros eram alfabetizados ou não. Ao decidir abrir uma instituição de ensino em sua fazenda, o seu único interesse era conseguir vantagens do governador do Estado. Contrapondo-se aos seus amigos, ele não acreditava que a escola tivesse uma grande utilidade, como se pode observar no fragmento a seguir:

[...] Não acredito [na serventia da escola]. Tanto que resolvi aproveitar o Padilha [mestre-escola]. Está claro que se poderia arranjar uma boa escola rural, com ensino razoável de agricultura e pecuária. Mas, onde vou encontrar técnicos? E que

dinheirão! Por enquanto é apenas um bocado de leitura, escrita e conta (RAMOS, 2003, p. 56).

A educação escolar, na perspectiva de Paulo Honório, era um elemento secundário. Desse modo, cabe questionar: que tipo de formação era destinado aos filhos dos trabalhadores de sua fazenda? Provavelmente uma instrução básica apoiada no ler, escrever e contar era suficiente para esses alunos. Assim, qualquer um que possuísse tais conhecimentos poderia ministrar aulas, pois, a competência pedagógica não representava um requisito importante para a escolha de professores.

Madalena, professora da Escola Normal, esposa de Paulo Honório, pensava na escola como lugar de aprendizagem. Assim, criticava a metodologia utilizada pelo professor que lecionava na instituição de ensino existente na fazenda e sugeria a aquisição de material didático. É possível notar essas questões na fala de Paulo Honório a partir do trecho abaixo:

[Madalena] Foi à escola, criticou o método do ensino do Padilha e entrou a amolar-me reclamando um globo, mapas, outros arreios que não menciono porque não quero tomar o incômodo de examinar ali o arquivo. Um dia, distraidamente, ordenei a encomenda. Quando a fatura chegou, tremi. Um buraco: seis contos de réis. Seis contos de folhetos, cartões e pedacinhos de tábua para os filhos dos trabalhadores. Calculem. Uma dinheirama tão grande gasta por um homem que aprendeu a leitura na cadeia, em carta de ABC, em almanaques, numa bíblia de capa preta, dos bodes (RAMOS, 2003, p.125-126).

Despender dinheiro com materiais de ensino para uma escola rural era um gasto desnecessário, visto que o protagonista de *São Bernardo* foi alfabetizado na prisão, assim sendo, para ele, qualquer outra despesa em sua fazenda era mais importante do que a instrução, pois ele via nos filhos dos trabalhadores apenas a reprodução da força de trabalho necessária a sua fazenda.

Em conversa com sua mulher, Paulo Honório:

[...] narrava o sertão. Madalena contava fatos da escola normal. Depois vinha o arrefecimento. Infalível. A escola normal! Na opinião do Silveira, as normalistas pintam o bode, e o Silveira conhece instrução nas pontas dos dedos, até compõe regulamentos. As moças aprendem muito na escola normal. Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. Tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferência e conduzem um marido ou coisa que o valha. (RAMOS, 2003, p. 158).

Mulher de escola normal! O Silveira me tinha prevenido, indiretamente. Agora era agüentar as conseqüências da topada, para não ser besta. (RAMOS, 2003, p. 163).

Observa-se a partir da narrativa de *São Bernardo* que o perfil intelectual de Madalena (ler, inclusive em outras línguas, escrever para jornais e participar das conversas sobre

política) causava a Paulo Honório desconfiança e complexo de inferioridade. O domínio da leitura e escrita pela mulher dava-lhe posição de destaque até entre os homens. Além disso, representava um perigo para a família, para os homens e, por conseguinte, para a sociedade.

Vale destacar também, a partir do discurso de Paulo Honório, uma desconfiança em relação à moral da normalista. As primeiras professoras primárias das escolas normais foram consideradas por diversos segmentos da sociedade como moças de moral duvidosa.

Desde o final do século XIX, essa questão já havia sido enfatizada com mais veemência na obra *A Normalista* (1893) de Adolfo Caminha. O enredo do romance acontece no final do século XIX, em Fortaleza, e apresenta a história de Maria do Carmo (normalista), jovem criada por seu padrinho que, desgraçadamente, engravida-a e termina casando-a com um alferes da polícia. O narrador retrata a Escola Normal como um lugar de ócio e de futilidade que ocasionaria o estrago das normalistas. O trecho abaixo aponta essa imagem negativa:

A educação feminina é um mito ainda não compreendido pelos corifeus da moderna pedagogia [...]. Que é a Escola Normal, não me dirão? Uma Escola sem mestres, um estabelecimento anacrônico, onde as moças vão tagarelar, vão passar o tempo a ler romances e a maldizer o próximo (CAMINHA, 2007, p.181).

Em outro fragmento, quando Maria do Carmo adoece, devido à gravidez, e faz confidências à amiga Lídia, explicando a sua ausência durante uma semana na Escola Normal, esta, que também não frequentava mais a instituição de ensino, porque há pouco tempo teria casado, respondeu-lhe:

[...] Agora então que estou casada, olha... Fez um gesto com as mãos - ... bananas, não estou para suportar desaforos d'aquela canalha. Porque tudo aquilo é uma canalha, menina. Fazes muito bem não pondo os pés naquela feira de reputações. As raparigas ali aprendem a ser falsas e imorais... (CAMINHA, 2007, p. 146).

A imagem veiculada na narrativa do romance *A Normalista* revela que, na Escola Normal, as jovens professoras primárias eram mulheres fáceis, e de fato, imorais. Isso lembra o trecho em que o narrador de *São Bernardo* (Paulo Honório) relata comentários maliciosos sobre o comportamento das professoras ao dizer que “as normalistas pintavam o bode”. Em sua gênese¹⁴, a Escola Normal não estava direcionada apenas aos que buscavam uma profissão, mas também aqueles cujo desejo maior era o casamento. À medida que foi se mostrando como uma escola feminina, possibilitando à mulher a chance de ocupar um cargo

¹⁴A primeira Escola Normal do Brasil foi criada em 1835, na província do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói.

remunerado, que antes fora privilégio masculino, começa a despertar sentimentos nem sempre positivos na sociedade. A normalista passa a ser vítima de discriminação e preconceito por parte dos homens, visto que isso implicava uma mudança na hierarquia familiar tradicional, abalando a posição do provedor da família.

Na crônica “Mulheres”,¹⁵ publicada na imprensa alagoana em 1933, escrita por Graciliano Ramos, pode-se observar a posição do Diretor da Instrução Pública a respeito da intelectualidade feminina do nosso Estado. Nesse sentido, ele afirma:

A verdade é que as nossas matutas estão muito mais preparadas que os matutos. Até a idade de doze anos, vão á escola, enquanto os meninos arrastam a enxada ou se exercitam, em calçadas ou em bilhares de ponta de rua, para uma vida facil de malandros (JORNAL DE ALAGOAS, 20 de maio de 1933, p. 3).

Como se observa, Graciliano Ramos não escapa ao pensamento comum à época que vê os matutos como gente sem instrução. Isto me faz lembrar “das miopias de uma época” que fazem com que qualquer “testemunho [como tantos outros] informe não sobre o que ele viu na realidade, mas sobre o que, em sua época, era estimado a ver” (BLOCH, 2001, p. 107).

Em relação às “matutas”, nota-se que, ao conquistar o seu lugar no mercado de trabalho, (realidade ainda distante em Alagoas nos anos de 1933), elas passaram a exercer diferentes funções como: agentes do correio, telegraphistas, professoras interinas, dactylographas num banco popular e agrícola. O cronista atribui ao público feminino certo crédito, pondo em pé de igualdade as funções exercidas por ambos os sexos.

Angústia

“*Angústia*”, terceiro livro de Graciliano Ramos, foi publicado no ano de 1936, pela editora José Olympio, no Rio de Janeiro. Trata-se de um romance no qual o narrador e protagonista Luís da Silva, membro de uma família rural em declínio, assassina o seu adversário amoroso, Julião Tavares, devido a ciúmes despertados nele pela disputa da Marina. Conforme Maia (2007), a frustração, sendo elemento constitutivo do percurso desse personagem, provoca-lhe ódio pelos mais favorecidos na sociedade. Desse modo, Julião Tavares, sendo a encarnação desse outro de classe dominante, precisa ser eliminado sob a pressão do ódio obsessivo.

¹⁵ A crônica “Mulheres” foi publicada recentemente no livro *Garranchos Graciliano Ramos* (2012) organizado por Salla.

Cabe assinalar que são poucas as passagens do livro em que o narrador refere-se à educação escolar. Assim, a imagem da escolarização exposta foi captada nos momentos em que o narrador reportou-se à sua infância. Nesse sentido, a escola memorada por Luiz da Silva trata-se de uma instituição privada, denominada “A escola de Antônio Justino”. Desse modo, ele retrata a imagem que uma criança tinha de si mesma ao entrar na escola:

Meteram-me na escola de seu Antônio Justino para desasnar, pois, como disse Camilo quando me apresentou ao mestre eu era um cavalo de dez anos e não conhecia a mão direita. Aprendi leitura, o catecismo, a conjugação dos verbos. O professor dormia durante as lições. E a gente bocejava olhando as paredes, esperando que uma réstia chegasse ao risco de lápis que marcava duas horas. Saíamos em algazarra (RAMOS, 1998, p. 13).

A escola – naquele contexto de final do século XIX e início do XX – não era um lugar agradável e prazeroso para os alunos, tampouco para os professores que dormiam durante as lições; era maçante, cansativo e enfadonho estar naquele espaço, de tal modo que as crianças torciam pela chegada do horário de término das aulas. Talvez, por isso, o menino Cazuzo no livro *Cazuzo: a história verdadeira de um menino de escola* tenha perdido o gosto por frequentá-la.

Para Luiz da Silva “a escola era triste”, porém, durante “as lições, em pé, de braços cruzados, escutando as emboanças de mestre Antônio Justino, eu via no outro lado da rua uma casa que tinha sempre a porta escancarada mostrando a sala, o corredor e o quintal cheio de roseiras” (RAMOS, 1998, p. 16). A instituição de ensino representava um lugar triste e pouco significativo para as crianças, isto contribuía para que existisse uma separação entre, de um lado, o corpo infantil presente na escola e, por outro lado, a mente que se distanciava daquilo que o professor estava ensinando.

Em outra passagem, o narrador relembra memórias escolares quanto presente a morte do pai. Recordava as lições do alfabeto ensinadas por ele, que lhe “rendiam cocorotes e bolos [...]” (RAMOS, 1998, p. 18). Essas reminiscências levaram-no à conclusão de que era inútil lembrar esses episódios como algo bom, pois tudo aquilo era desagradável.

Conforme colocado, a representação de escola predominante na narrativa de “*Angústia*” vinculava-se a uma educação autoritária, embasada num arquétipo de sociedade patriarcal, traduções de uma realidade antecipada por tantos literatos, historiadores e intelectuais brasileiros, como Gilberto Freyre. Este lembra que, nesse modelo de sociedade, o menino era castigado pelo pai, pela mãe, pelo avô, pelo padrinho, pela madrinha, pelo tio-padre, pelo padre-mestre, pelo mestre régio, pelo professor de gramática. “Castigado por uma

sociedade de adultos em que o domínio sobre os escravos desenvolvera junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino” (FREYRE, 1985, p. 69).

É possível concluir, portanto, que, no patriarcalismo, o processo educacional estava assentado na grande distância social que havia entre o menino e o homem, tendo por base um regime sistemático e autoritário. Assim, sendo um dos principais formadores de nossa cultura, o patriarcalismo, exerceu grande influência sobre a sociedade, moldando corpos e gestos durante séculos.

Infância

A obra *Infância* foi publicada pela primeira vez em 1945, no Rio de Janeiro, num período maduro de escrita do autor. Segundo Cândido (1999), trata-se de um livro de confissão, um personagem-narrador (Graciliano Ramos) contando a sua experiência vivida no passado a um leitor do presente. No enredo da obra, são apresentadas as memórias do romancista acerca de sua infância na passagem do século XIX e início do século XX. O contexto educacional da época (período de 1892 a 1906) apresenta uma educação rigorosa destinada não só às crianças pobres, mas também às de classe média. O tipo de escola predominante na época era embasado em um modelo autoritário de instituição escolar, apoiado em castigos físicos e ameaças. Uma das primeiras recordações que Graciliano Ramos reteve na memória foi a lembrança de uma sala, onde um professor com diversos meninos sentados em bancos soletravam as sílabas de várias maneiras na escola primária da roça, em Quebrangulo (AL). Ele relata “A sala estava cheia de gente. Um velho de barbas longas dominava negra mesa, e diversos meninos, em bancos sem encostos seguravam folhas de papel e esgoelavam-se: um b com a-b,a:ba; um b com e-b,e:be” (RAMOS, 1992, p.8).

Ao sair de Alagoas com sua família, o menino Graciliano Ramos passou a residir na cidade de Buíque (PE). Ele narra que suas primeiras experiências com as letras ocorreram quando estava numa das dependências da loja de sua família com seu pai Sebastião Ramos, abrindo caixas e pacotes e encontrou uns cadernos. Desde então, o seu pai buscou várias formas de tornar o seu filho um homem letrado, inclusive, ensinando-o aos gritos as lições diárias. Foram momentos de sofrimentos, castigos, dificuldades e emudecimentos na presença de seu pai, que não expressava vocação e paciência para o ensino.

O genitor de Graciliano Ramos entregou a educação escolar de seu filho a uma jovem conhecida como Mocinha, que começou a ensinar-lhe as vogais e, depois, as consoantes. Ele

recorda essa época como uma fase bastante difícil e dolorosa de sua vida, uma vez que o cômado¹⁶ batia-lhe nas mãos todas as vezes que errava uma letra. Ele confessa as suas sensações, afirmando que:

As pobres mãos inchavam, as palmas vermelhas, arroxeadas, os dedos grossos mal se movendo. Latejavam como se funcionassem relógios dentro delas. Era preciso erguê-las. Finda a tortura, sentava-se num banco da sala de jantar, estirava os braços em cima da mesa, procurando esquecer as palpitações dolorosas (RAMOS, 1992, p. 98).

O romancista menciona em *Infância* a representação construída acerca do que fosse escola. Neste sentido, em sua subjetividade sobre o que era escola, Graciliano Ramos imaginava-se como alguém indo, sem resistência, ao matadouro. Dessa forma, dizia que:

A escola era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes. Eu me comportava direito: encolhido e momo [...] considerei a resolução de meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre as quatro paredes escuras. Certamente haveria uma tábua para desconjuntar-me os dedos, um homem furioso a bradar-me noções esquivas (RAMOS, 1992, p. 104).

No imaginário infantil daquela época, a escola tinha uma representação extremamente negativa, era um lugar onde os adultos maltratavam as crianças com castigos severos, insultos e escárnios. Esse retrato tão desagradável da instituição escolar ainda era uma herança dos métodos disciplinares implantados pelos religiosos que lecionavam nas casas-grandes e nos rígidos colégios jesuíticos e também dos mestres régios, cujas práticas de ensino eram cunhadas na máxima de que “a letra com sangue entra”, o que remete à utilização de violência física para a aprendizagem escolar.

A primeira professora que Graciliano teve na escola foi D. Maria, tida como um verdadeiro exemplo de educadora, muito doce, auxiliava-o constantemente em suas dificuldades, principalmente quando realizava leituras, ela acompanhava-o, dando auxílio e apoio. A instituição de ensino exigia o uso da palmatória como recurso de aprendizagem, mas sua professora nunca precisou utilizá-la. Quando necessário, usava apenas manifestações de desagrado que eram raras e breves. Essas atitudes da professora davam-lhe um aspecto quase que angelical, sobretudo, se fosse considerada a relação de distanciamento estabelecida entre: o menino Graciliano e os adultos no ambiente familiar. Uma relação à base da coerção por meio dos castigos corporais, oriunda do patriarcalismo.

¹⁶Instrumento que tinha a mesma serventia que a palmatória.

É possível observar que a professora, D. Maria, na relação estabelecida com seus educandos, considera a *amorosidade* como um aspecto importante para a aprendizagem de seus alunos. Apesar de receber um tratamento amoroso de sua professora, o livro didático não ajudava, pelo contrario, foi um dos grandes traumas do menino Graciliano, que já encontrava na capa do primeiro livro de alfabetização a imagem carrancuda e de barbas pretas do Barão de Macaúbas, Abílio César Borges, pioneiro da rede de livros didáticos no Brasil (SAVIANI, 2008). Ao ler o primeiro livro do Barão de Macaúbas, dois contos intrigaram-no:

[...] a história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.
- Passarinho, queres tú brincar comigo? [...] E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais [...]. Ave bonita e modesta que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever.

[...] Havia a mosquinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo (RAMOS, 1992, p. 117).

Além de seu aspecto tenebroso, o livro de leitura do Barão de Macaúbas era “Um grosso volume escuro, de cartonagem severa” (RAMOS, 1993, p. 117), causa da rejeição por parte da criança, possuía histórias com teor moralizante que não despertava interesse algum no pequeno leitor. O livro de leitura era um resumo d’*Os Lusíadas*”, de Luís de Camões, elaborado por Barão de Macaúbas com primeira edição de 1876. Ali, ele selecionara quais poemas deveria ser lidos pelas crianças. Assim avaliava o autor de *Vidas Secas*

Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados - e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados (RAMOS, 1992, p. 120-121).

A complexidade de um texto clássico e a forma das letras manuscritas agravavam as dificuldades de leitura do menino Graciliano, tanto que o livro chegava a provocar-lhe náuseas. As horas de leitura eram, para o menino, horas de tormento e tortura.

Conforme Veiga (2007), no início do século XX, os conteúdos dos livros mostravam-se apropriados à formação moral e afetiva, expressos com exemplos de bons e maus comportamentos, despertando sentimentos positivos nas crianças. Essa tendência didática buscava inculcar, no imaginário infantil, valores, posturas e atitudes consideradas corretas, sem precisar necessariamente usar práticas coercitivas. Configurava-se, assim, a “assimetria entre

o desenvolvimento cognitivo da criança e os materiais de leitura que eram transmitidos” (SILVA, 2004, p. 66).

Ao sair de Buíque (PE), o menino Graciliano foi matriculado em uma escola pública da professora Maria do Ó, em Viçosa (AL). O menino distanciava-se da relação de afeto com a professora Maria e era introduzido ao uso da palmatória como instrumento de aprendizagem. A professora Maria do Ó ministrava aulas a setenta ou oitenta alunos organizados pelos cantos da sala, fazendo-o aos gritos e repelões.

Uma vez, notando-me o desânimo diante da folha machucada, Dondon [aluna da turma] tomou a pena, traçou vários caracteres em caligrafia direita, emagrecendo-os, engordando-os convenientemente, e induziu-me a prosseguir daquela maneira. Conselho perdido: as garatujas de 1900 eram iguais às de 1899. E quando a professora foi julgar as escritas e viu o dolo, chamou-me, exigiu esclarecimento. Desejei mentir, responsabilizar-me. Impossível. Olhei desesperado a minha cúmplice. D. Maria do Ó envolveu a mão nos cabelos da menina, deixando livres o indicador e o polegar, com que me agarrou uma orelha. E, tendo-nos seguros, agitou o braço violentamente: rodopiamos como dois bonecos e aluímos sobre os bancos (RAMOS, 1992, p. 164-165).

Como se observa, a prática de castigos era tida pelos docentes como incentivo à aprendizagem do aluno não apenas do mundo das letras, mas, principalmente, das maneiras de se comportar conforme os padrões sociais da época. É possível notar, a partir da narrativa de Graciliano Ramos, que a professora não admitia que um aluno ajudasse ao outro, isso era entendido como erro, já que cada um teria que se esforçar para aprender.

Ao finalizar os estudos na escola de D. Maria do Ó, Graciliano Ramos foi estudar em outra particular pertencente a um *mestiço*¹⁷. Nessa instituição, o novo professor, rigoroso com questões gramaticais, utilizava recursos punitivos como instrumento privilegiado para a aprendizagem dos alunos. É o que narra o escritor alagoano:

O infeliz não pretendia ser homem (...). Segurava a palmatória como se quisesse derrubar com ela o mundo. E consertava-nos furiosamente a pronúncia, obediente a vírgulas e pontos, forçava-nos a repetir uma frase dez vezes, punha notas baixas nas escritas, rasgando o papel, farejava as contas até que o erro surgia e se publicava com estridência arrepiada. Nesse policiamento súbito acuávamos - e as folhas virgens endureciam (RAMOS, 1992, p.179).

O castigo como instrumento didático servia para obrigar os alunos a estudarem lições que não gostavam. De acordo com as experiências escolares narradas por Graciliano Ramos, pode-se afirmar que a representação de escola baseada na disciplina por meio da palmatória, do lugar do professor como autoridade suprema, da concepção de aluno como um vaso vazio

¹⁷ Em *Infância*, Graciliano Ramos apresenta poucas informações a respeito do referido professor.

a ser preenchido a ferro e fogo. No início da República, foram criadas leis nos Estados que proibiram o uso da palmatória e de outros recursos de tortura, entretanto, tem-se a vigência dessa prática ao longo de quase todo o século XX.

O escritor alagoano afirma que, aos nove anos de idade, era quase analfabeto. A idade avançada constrangia-o na aprendizagem das primeiras letras. Assim, ele retomou os seus estudos com uma nova professora, D. Agnelina, em uma escola de ponta de rua. Ela possuía um talento raro para contação de *estórias de trancoso* que prendia atenção e causava admiração com romances e lendas. Em relação ao espaço escolar, assim narra Graciliano:

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplicio, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão pior do que uma escola primária do interior (RAMOS, 1992, p. 188)

O trecho acima revela a percepção infantil acerca de uma instituição de ensino severa e que fazia uso de castigos corporais, na qual era valorizado, principalmente, o disciplinamento tanto das crianças quanto dos jovens.

Além de D. Agnelina, Graciliano Ramos teve um novo professor, de nome Rijo, aposentado, que ensinava apenas a dois alunos: a ele e a seu primo José. Assim, configura-se outro tipo de ensino, de caráter cada vez mais particular, muito comum na zona rural brasileira da época, para aqueles filhos de pais com uma situação econômica melhorada.

A “escola régia” ou de “cadeiras públicas de primeiras letras” foi criada no período colonial. Nesse tipo de escola, professores eram nomeados e não concursados pelo governo e trabalhavam, quase sempre, em espaços improvisados. Esses espaços costumavam ser as suas próprias casas e eles, eventualmente, podiam receber auxílio financeiro para o pagamento de aluguel (FARIA FILHO, 2000, p.145). Sobre esta questão, lembra Verçosa (2006) que, no período republicano, o estado de Alagoas estava mergulhado num certo arcaísmo. O coronelismo e o apadrinhamento político ou paternalismo geravam, na administração pública, os prestígios de grupos historicamente consolidados no poder e o isolamento daqueles que não compartilhavam dele, era o caso de Graciliano Ramos.

Esse sistema de escolas convivia com outro tipo de estabelecimento chamado particular ou doméstico, que costumava exceder em número àquelas mantidas pelo governo. Os espaços eram bastante precários, pois tanto podiam funcionar em locais cedidos quanto em locais organizados pelos pais dos alunos. Eram as escolas isoladas nas quais os professores mesclavam seu modo de educação dos filhos.

A pesquisa de Faria Filho (2000) indica também outro modelo escolar nessa mesma época: “aquele mantido pelos pais dos alunos, os quais criavam escolas e contratavam professores para o exercício da função” (FARIA FILHO, 2000, p. 146). Cabe assinalar que a fundação de escolas deveria ser obrigação do Estado, não apenas do ponto de vista oficial, mas da prática efetiva, contudo, isto mostra a negligência do governo na prestação de serviços à sociedade.

O autor de *Infância* retrata ainda a dificuldade econômica de adquirir livros, logo após o despertar para o hábito da leitura. Tendo em vista a dificuldade apresentada, o menino Graciliano Ramos pede auxílio a sua prima Emília, que conhecia os poucos possuidores de bibliotecas locais. Desse modo, ela apresentou Jerônimo Barreto como um grande conhecedor da literatura. A partir de então, o menino Graciliano criou coragem para pedir-lhe tanto o empréstimo de alguns livros quanto para receber orientações literárias dele. A princípio, leu o *Guarani*, de José de Alencar, e foi convidado a voltar quando desejasse para ter acesso a todas as suas coleções de livros. Jerônimo Barreto possibilitou o acesso de Graciliano aos autores: “Joaquim Manoel Macedo, Júlio Verne, [...] Ponson Du Terrail [...] (RAMOS, 1992, p. 214)”, assim, em pouco tempo, leu todos os livros cedidos por Jerônimo Barreto. Com esta prática, foi penetrando em um mundo até então desconhecido para ele, mudou hábitos e sua linguagem, pois isso possibilitou conhecer várias cidades, viver nelas e enriquecer o seu vocabulário com palavras diferentes, enfim, tudo isso mediante o exercício da leitura.

Nessa época, surge na cidade de Maceió o Colégio Quinze de Março do professor Agnelo Marques Barbosa. Em 1905 ele foi ali matriculado.

Quando cheguei, o diretor, insinuante, macio, ditou meia dúzia de linhas a diversos novatos. Emendou e classificou os ditados; pegou o meu, horrorizou-se, escreveu na margem larga incorrigível. Esta dura sentença não me abalou. Até me envaideci um pouco vendo a minha escrita diferente das outras (RAMOS, 1993, p. 213).

Nesse colégio, Graciliano Ramos vivenciou situações em que o professor tratava os alunos com antipatias e preconceitos. O diretor da instituição também era professor, às vezes amarrava os braços do garoto (aluno da instituição) com uma corda, espancava-o e, além disso, ainda o exibia para os transeuntes. Nas sabatinas, questões difíceis percorriam as filas e o aluno que respondesse corretamente punia os “ignorantes” com o uso da palmatória. Tais punições eram apoiadas pelo próprio espaço escolar, que, como estabelecimento de cunho educativo e disciplinador, legitimava tais medidas.

No início do século XX, estudar num colégio particular era considerado um privilégio para a maioria da população alagoana, principalmente pelo ensino ocorrer em nível particular. Alfredo de Araujo Rego, Diretor da Instrução Pública em Alagoas, em 1904, apresenta o modo como a educação era ofertada naqueles estabelecimentos:

As casas escolares eram infectos casebres, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam deante de um individuo arvorado em professor algumas dezenas de crianças, a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silaborio, da taboada e do catecismo (REGO apud COSTA, 1931, p. 13).

Nesse período, as escolas funcionavam nas residências dos professores que recebiam uma gratificação estabelecida por lei para o aluguel. Pode-se observar, com a exposição de Rego, que a educação apresentava-se numa situação de grande miséria no estado de Alagoas.

Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste

O livro de crônicas “*Viventes das Alagoas: quadro e costumes do Nordeste*”¹⁸, de Graciliano Ramos, foi publicado em 1962, pela editora Martins, em São Paulo. Nele, são apresentados temas relacionados à política, economia, sociedade e educação, sobretudo, os costumes particulares da região Nordeste. De acordo com Salla (2010, p. 302), “nos ‘Quadros e costumes do Nordeste’ predomina a abordagem do modo de pensar e de agir das elites sertanejas em sua interação com a sociedade local”.

Nesse livro, sobretudo, na crônica “Um homem de letras”, Domingos Barbosa causava “admiração das velhas e das crianças” (RAMOS, 1992, p. 81) por ser um indivíduo letrado. No início do século XX, num contexto de analfabetos, os sertanejos consideravam a palavra escrita como algo misterioso e exaltavam a arte de bem falar cultivada pelas elites locais.

Na crônica “Professores Improvisados”, o autor apresenta o significado de tornar-se educador no Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Ser professor era uma forma de sobrevivência. Assim, ele próprio ironiza o fato de os docentes sertanejos ensinarem antes de aprenderem, inclusive, o autor, quando se tornou professor de italiano. A ideia de ministrar aulas particulares de italiano, fazendo uso de seus estudos autodidáticos de línguas

¹⁸ *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste* reúne escritos publicados, originalmente, no final dos anos de 1930, na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro. O referido livro póstumo foi organizado por Ricardo Ramos.

justifica-se por motivos de ordem financeira. Ele obteve tanto sucesso com a sua ocupação que dois de seus alunos, ao saírem de suas aulas, iniciaram novas aulas de língua estrangeira.

Nesse período, muitos professores eram apenas nomeados para o cargo por políticos no estado de Alagoas, o que significava não haver concurso para o ingresso na carreira. Esse fato pode ser observado na crônica “Teatro I”, na qual as instituições de ensino eram vistas como prejudiciais, no entanto [...] “Havia algumas, é certo para dar emprego às filhas dos Prefeitos, mas estas não forneciam aos alunos conhecimentos” (RAMOS, 1992, p. 50).

No escrito “Funcionário independente”, é possível observar, nas palavras do próprio autor, que “[...] a instrução pública se desenvolvia fora da escola, realmente uma lástima. A professora, atrasada, corrigia a cantiga ‘A brisa corre de manso’, porque a brisa, fêmea, devia correr de mansa” (RAMOS, 1992, p. 74).

Segundo Costa (2011, p. 49), a profissão docente, nas décadas iniciais do século XX, adquiriu a feição de rebaixamento moral chegando, inclusive, a “confundir-se com os meios de vida ordinários, simples ganha pão de umas tantas mediocridades, que a exploravam com a sofreguidão de quem, não tendo aptidão para mais nada, dela se socorrem como o mais fácil e último recurso”. Graciliano Ramos relata panorama parecido ao de Costa no escrito *Garranchos IV* (publicado em 1921 em *O Índio*) e em seu segundo *Relatório*, (1930), quando acentua a “lastimosa ignorância” das professoras, assunto que será focalizado com maior ênfase no próximo capítulo.

Por fim ressaltar que o aludido intelectual, mesmo não tendo formação profissional para o exercício docente, não se inseria nesse conjunto de professores “ignorantes”, uma vez possuir uma sólida cultura literária. Para Costa (2011) a esperança da educação estava, justamente, nos homens letrados e nas senhoras virtuosas.

Linhas Tortas

Obra póstuma, *Linhas Tortas*¹⁹ teve a primeira edição em 1962, pela Livraria Martins Editora, no Rio de Janeiro. Trata-se de um livro de crônicas escritas entre 1915 e 1952. Dividido em duas partes: a primeira contém dois conjuntos de textos: *Linhas Tortas* e os *Traços a Esmo*, escritos publicados nos Jornais *Paraíba do Sul* (RJ) e *O Índio*, de Palmeira dos Índios (AL). A segunda parte, mais numerosa, conta com textos publicados a partir de

¹⁹ *Linhas Tortas* foi organizada por Ricardo Ramos e Heloísa Ramos.

1930 sobre temas variados tais como: análises, debates e provocações à produção de literatos brasileiros, livro infantil, cinema e teatro.

No texto que compõe a VI seção “Traços a Esmo”, escrito em 1921, e “Um novo ABC”, cujo registro data de 1938, o autor faz refletir sobre a incompatibilidade entre o imaginário infantil e os livros de leitura. No primeiro texto, ele tece uma crítica à escola primária, sendo enfático ao afirmar a sua aversão ao livro infantil. Para ele, os conteúdos desses livros eram “pesados, estopantes, xaroposos”, incompreensíveis para as crianças. Com relação aos autores de tais livros, o cronista avalia:

Espanta-me que escritores componham para a infância pedantices rebuscadas, que as livrarias se encarregam de fornecer ao público em edições que, a primeira vista, causam repugnância ao leitor pequenino; embasbaca-me que professores reproduzam fonograficamente aqueles textos indigestos, assombra-me ver aquilo adotado oficialmente (RAMOS, 2005, p. 91-92).

Como se pode observar, os livros infantis não causavam deleite às crianças. Para o cronista, esse fato revela uma completa ignorância dos autores a respeito da capacidade de aprendizagem infantil. Desse modo, um dos fatores que justificava o ódio de muitas crianças pelo livro eram as lembranças da escola como um lugar semelhante a um cárcere.

Historicamente, a literatura infantil começava a delinear-se no início do século XVIII, pois é a partir deste momento que a criança passava a ser concebida como um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias (CUNHA, 1999). Desse modo, deveria receber uma educação mais específica que considerasse as suas reais necessidades.

Nos anos de 1920, a concepção escolanovista começava a tomar corpo no Brasil. Com base nessa filosofia, as abstrações que tornavam a compreensão difícil para as crianças deveriam ser refutadas. Havia, assim, uma preocupação com o método didático, cujo fim era desenvolver o gosto e o interesse do aluno pelo estudo. Esses elementos permitem observar que a posição do cronista, ao defender a produção de livros com significados para o público infantil, não estava em descompasso com o contexto social no qual ele estava inserido.

Tendo por base a sua experiência, Graciliano Ramos (2005, p. 92) recorda a "gramática pedantesca cheia de nomes gregos [...] a história do Brasil de perguntas e respostas [...] a geografia presumida, a exhibir uma erudição fácil, recheada de termos como estereografia, vulcanografia [...]", o ódio a seu professor e ao Barão de Macaúbas, a obrigação de ler Camões aos oito anos.

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a surgir, no Brasil, livros de leitura voltados para a educação primária. Em 1868, Abílio César Borges iniciou a publicação

de uma das séries de leitura mais editadas no período. De acordo com Galvão e Batista (2002, p.2), “os livros de Borges foram aplaudidos pela crítica intelectual da época. o *Primeiro Livro*, [era destinado à alfabetização]. Os demais livros da série tinham um caráter enciclopédico, trazendo conteúdos de várias áreas do conhecimento [...]”. Os conteúdos desses livros mostravam-se inadequados para a compreensão de uma criança. Graciliano Ramos tece críticas ao longo de sua crônica ao intelectualismo e verbalismo da escola tradicional.

Já no segundo texto, "Um novo ABC", o cronista lembra a sua experiência infantil e critica a carta de ABC utilizada para a alfabetização nas escolas. Para ele: “aquela velha carta de ABC dava arrepios. Três faixas verticais borravam a capa, duras antipáticas; e fugindo a elas, encontrávamos num papel de embrulho o alfabeto, sílabas, frases soltas e afinal máximas sisudas” (RAMOS, 2005, p. 248).

Importante destacar que a prática da leitura era aplicada como uma forma de castigo para crianças. Com base em Corrêa e Silva (2008, p. 2), pode-se afirmar que as cartas de abc “eram constituídas por abecedário maiúsculo e minúsculo; os silabários compostos com segmentos de uma, duas ou três letras e, por fim, as palavras soltas cujos segmentos silábicos apareciam separados por hífen”. Esses materiais de alfabetização eram desenvolvidos através de inúmeros exercícios que afastavam a criança da compreensão do texto, como é possível observar no trecho abaixo:

[O exercício com as cartas de ABC era iniciado] com a decoração oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior [era feito] em pequenas seqüências e numa seqüência de todo o alfabeto e, finalmente, de letras isoladas. Em seguida a decoração de todos os casos possíveis de combinações silábicas, que eram memorizadas sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o que as letras representavam, ou seja, a fala (FRADE, 2007, p. 22).

Tais exercícios eram realizados a partir do método alfabético ou de soletração, empregado desde a Grécia antiga. Esse método – a nível de discurso – permaneceu sendo utilizado até o século XIX, período em que a escolarização passou a ser desenvolvida no Brasil.

Ainda na referida crônica, Graciliano Ramos narra o recebimento de um livro escolar do romancista carioca Marques Rebelo. O novo ABC tinha legendas do próprio Marques Rebelo e ilustrações de Santa Rosa, "dois artistas que há tempo tiveram livros premiados no concurso de literatura infantil realizado pelo Ministério da Educação" (RAMOS, 2005, p. 250). O cronista questiona-se ainda a respeito do paradeiro desses livros que, mesmo

premiados, continuavam inéditos. Como se pode avaliar, o ficcionista alagoano não se furta de fazer defesa da produção de livros compatíveis com o imaginário infantil, livros através dos quais os autores considerem a capacidade de aprendizagem da criança.

Com a análise dos escritos - *São Bernardo, Angústia, Infância, Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste e Linhas Tortas* - conclui-se que o literato Graciliano Ramos retrata aspectos comuns à escola tradicional, tais como: professor sem formação qualificada para o magistério, ensino abstrato, uso dos castigos corporais nas práticas docentes e livros de leitura incompatíveis com a mente infantil.

No próximo capítulo, observa-se que o gestor Graciliano Ramos lutou para extinguir um modelo de escola semelhante ao representado em sua literatura. Isto pode ser evidenciado quando se analisam as suas contribuições no exercício dos cargos de Prefeito (1928-1930) da cidade de Palmeira dos Índios e Diretor da Instrução Pública de Maceió (1933-1936).

CAPÍTULO 2

O GESTOR: AS CONTRIBUIÇÕES DE GRACILIANO RAMOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO EM ALAGOAS NOS ANOS 1920-1940

Neste capítulo é feita a análise da educação escolar na gestão de Graciliano Ramos, tanto como prefeito de Palmeira dos Índios (1928-1930) quanto no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de Alagoas (1933-1936)²⁰. As fontes usadas são os relatórios da prefeitura de Palmeira dos Índios, matérias jornalísticas e artigos de revistas, decretos sobre instrução pública referentes ao século XX.

Para compreender melhor o modo como a educação escolarizada foi tratada por Graciliano Ramos em Maceió (Al), é importante entender a estrutura da educação escolar nacional no período de 1920 a 1940, bem como entender o lugar social de onde este nordestino administrou a educação escolar no Estado.

Nas décadas iniciais do século XX, a escola vivenciava a lenta abertura às classes populares, afirmando-se como uma instituição central na sociedade. A partir de então, o Estado incorpora os princípios liberais e torna a educação escolar um instrumento privilegiado para disseminar ideologias com a finalidade de regenerar, combater os vícios e maus costumes dos indivíduos. Desse modo, a crença no poder da escola foi difundida por toda a sociedade, como local exclusivo de mudanças estruturais. Nesta perspectiva, os hábitos do povo precisavam ser corrigidos e ajustados à nova ordem social, porque eram compreendidos como um malefício que a sociedade deveria combater. Para uma nação “civilizada” e “moderna” seria preciso formar sujeitos que dominassem as letras e que cultivassem amor por sua pátria e garantissem a permanência da sua ordem social.

Assim como outros Estados do Brasil, Alagoas apresentava, naquele período, um perfil arcaico, tendo como forma política reinante o coronelismo. Segundo Verçosa (2006), o fato de o Estado mostrar-se alheio à prestação de serviço à maioria da população dava margem para que o coronel cumprisse extraoficialmente os papéis do Estado. O coronelismo (e o apadrinhamento político) estender-se-ia por toda a Primeira República brasileira. Esta forma de organização política privilegiava o ensino secundário, e a educação primária ficava

²⁰O cargo de Diretor Geral da Instrução Pública corresponde, atualmente, à função de Secretário da Educação do Estado.

sob o controle dos chefes políticos que criavam instituições de ensino e nomeavam os professores a partir de seus interesses.

É nesse cenário de manutenção das estruturas oligárquicas no poder, que Graciliano Ramos foi eleito como prefeito da cidade de Palmeira dos Índios (Al), em sete de novembro de 1927, permanecendo na administração até 1930. Sua candidatura, segundo Ramos, (1979, p. 58), partiu “dos irmãos Francisco e Otávio Cavalcanti²¹”, membros do Partido Democrata, em razão tanto de sua postura de homem honesto, rígido e letrado quanto do interesse em amenizar a crise que perdurava desde o homicídio do prefeito anterior, Lauro de Almeida Lima. Graciliano Ramos era “apolítico”²², seu filho Ricardo Ramos (1992) assegura este fato, o que leva a questionar: o que teria, então, feito Graciliano lançar a sua candidatura a prefeito? Clara Ramos (1979) ajuda a responder este questionamento, quando afirma que o que fez Graciliano lançar-se como candidato foi o fato de o Partido Conservador imputar-lhe a recusa à candidatura, o medo de fracassar como prefeito e pôr a perder seu prestígio. Conforme Ricardo Ramos (1992), durante a sua candidatura enfrentou democratas e conservadores. Recebeu cartas anônimas afirmando que ele seria pior do que os outros políticos, por ignorar as necessidades imediatas do município. Apesar desse cenário adverso, foi eleito com 433 votos e tomou posse em sete de janeiro de 1928.

Quando se analisa o relatório do prefeito anterior de Palmeira dos Índios, Sampaio Luz, referente ao ano de 1927²³, pode-se constatar que não foi descrita ação alguma voltada para a educação escolar. Entretanto, prefeitos de outros municípios alagoanos expuseram oficialmente ações direcionadas à educação escolar como os de Rio Largo e Arapiraca. O relatório do prefeito Antônio Vaz de Castro, referente ao município de Rio Largo, noticia no *Diário Oficial* em 1927:

A instrução pública dei o meu maior zelo. Dei a Escola Municipal Mixta Deodoro da Fonseca que funcionava numa sala limpa e ampla, mobiliário decente composto de doze (12) carteiras typo americano, um bureau com estrado e cadeira para a professora, uma estante com vidros para o archivo da escola e um quadro negro. Dispendeu o erário do municipio com o mobiliário e letreiro da Escola, a importância de dois contos duzentos e trinta e seis mil réis (2: 236\$000). (DIÁRIO OFICAL, 11 dez. 1927, p. 1).

²¹Conforme Clara Ramos (1979), Ricardo Ramos (1992) e Dênis de Moraes (2012), a família dos Cavalcanti vinha exercendo o monopólio político da cidade de Palmeira dos Índios havia quatro décadas.

²²Graciliano Ramos era “apolítico” no sentido de não compactuar com as práticas políticas da época. Apesar de ter exercido cargos no governo de Vargas, ele sempre manteve o seu espírito crítico e contestador. (Moraes, 2012).

²³Relatório publicado no *Diário Oficial* em 5 de janeiro de 1928.

O prefeito de Arapiraca, Esperidião Rodrigues da Silva, no relatório circulado no *Diário Oficial* no mesmo ano, apresentava algumas ações voltadas à escolarização: “Mantive a escola municipal Deodoro da Fonseca que tem tido regular frequência. Dei roupas e calçados a 10 crianças pobres a fim de que pudessem as mesmas frequentar a escola”. (DIÁRIO OFICIAL, 18 dez. 1927, p. 1). Estas exposições oficiais revelam que o poder público não negligenciava completamente a educação escolar nos municípios alagoanos, pelo menos em alguns casos pontuais. Ressalto ainda, que posteriormente no exercício do cargo de Diretor da Instrução Pública de Alagoas Graciliano adotou medida semelhante a do aludido gestor. Este ato revelava a preocupação com as questões de cunho social.

O primeiro relatório de Graciliano Ramos, como prefeito de Palmeira dos Índios, foi publicado em 1929. Nesse, que é visto como um dos modelos de relatório nunca apresentados por um administrador, foram feitas alusões à estrutura administrativa do município. Na conclusão, o autor revela a retidão de postura para a qual não fazia concessões. Desse modo, é enfático quando afirma: “Evitei emaranhar-me em teias de aranha. [...] Fechei os ouvidos, deixei gritarem [...] Não favoreci ninguém. [...] Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fez falta” (RAMOS, 1992, p.175-176).

Naquele período, Palmeira dos Índios vivenciou uma prática administrativa rígida, com o então prefeito seguindo a severidade da Lei²⁴, independente da situação e dos envolvidos. No documento, observa-se que, na escola de música “Filarmônica 16 de Setembro”, foi pago o salário do professor, aluguel de casa, luz e material. No relatório apresentado ao Conselho Municipal, Graciliano Ramos (1994, p. 33) mostra a sua posição em relação aos gastos com a escola de música “acho absurdo um município que até agora nada gastou com a instrução, despender para manter uma banda de música”. Pode-se notar, na prática administrativa de Graciliano Ramos, um senso de retidão de caráter e de lisura com a verba pública do nosso Estado, poucas vezes presenciado na história do nosso país.

Mesmo antes de ser prefeito, no ano de 1921, o escritor alagoano demonstrava uma preocupação com a escolarização ao exigir do governo de Palmeira dos Índios a abertura de escolas para a população pobre. Nesse sentido, o autor, através da crônica “Garranchos [IV]”²⁵, publicada no jornal *O Índio*, é enfático quando avalia:

²⁴ Segundo Ramos (1979), uma das primeiras medidas do prefeito Graciliano Ramos foi aprovar e por em vigor o Código de Posturas, contendo oitenta e dois artigos.

²⁵ As diversas crônicas do escritor alagoano, citadas neste capítulo, foram publicadas no livro *Garranchos Graciliano Ramos* (2012) organizado por Thiago Mio Salla.

É simplesmente horroroso que numa cidade como a nossa [...] não tenhamos quem nos ensine a ler, arrancando-nos a cegueira da alma. Bem longe ainda vai de nós o progresso... O governo, descuidando a maior necessidade do povo, entrega a sua instrução a criaturas tão ineptas que mal poderiam frequentar o primeiro ano de um estabelecimento de ensino! Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem? Só por milagres. Milagres? Ah! Mas a poeira dos séculos apagou-lhes o vestígio! E a ignorância aumenta, e os crimes multiplicam-se! (RAMOS, 2012, p. 61).

Cabe assinalar que o autor não escapava ao pensamento comum à época de associar ignorância e violência. Desse modo, acentuava o perfil luminar da escola como elemento de progresso que poderia tirar Palmeira dos Índios do atraso em que se encontrava, não tendo, por exemplo, professores capacitados para a docência nas décadas iniciais do século XX. Segundo Costa (2010, p. 3-4), mesmo existindo diversas cadeiras de instrução primária em Alagoas até o início de 1860, “a Província não possuía qualquer curso que habilitasse os mestres²⁶. Estas cadeiras eram ocupadas por indicação e apadrinhamento, o que possibilitava o acesso de pessoas com pouquíssima escolarização ao exercício da docência”. Desse modo, “a competência pedagógica” do professor não era o elemento básico levado em consideração para a ascensão de cadeira primária pública em Alagoas nos primórdios de nossa escolarização.

No segundo relatório, divulgado pela Imprensa Oficial em 1930, ele afirma que “Instituíram-se escolas em três aldeias de Palmeira dos Índios: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. O Conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica a educação de adultos” (RAMOS, 1992, p. 185).

Conforme Souza (2010), a sociedade referida pelo autor era o Montepio dos Artistas, criada em quatro de maio de 1919, com a finalidade de proteger, estimular e assistir os artistas do município (engraxate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro), em ocasiões difíceis. Depois, ao estender a sua atuação inserindo a instrução aos filhos dos sócios e não sócios, a sociedade mencionada teve papel essencial na educação escolar, como se pode observar no artigo 7º do seu estatuto que revela a sua finalidade:

amparar menores, adolescentes e idosos; manter uma escola primária para associados, dependentes, também pessoas carentes da comunidade; promover cursos profissionalizantes que façam necessários para bom desenvolvimento da escola e comunidade; manter também direitos a associados, beneficentes e fundadores da sociedade (SOUZA, 2010, p. 51).

Na Sociedade Montepio dos Artistas havia uma preocupação não apenas com o ensino de primeiras letras, mas também com o curso profissionalizante para adultos. O saber

²⁶ A Escola Normal de Maceió foi criada na década de 1870.

ministrado nessa entidade era voltado para o ensino pragmático, útil para o trabalho. Segundo Souza (2010), esta entidade teve importante colaboração na escolarização em Palmeira dos Índios.

O prefeito Graciliano Ramos, no segundo relatório, tanto enuncia sua posição a respeito da educação escolar, como enfatiza a escolha das professoras, aspecto preocupante em todo país (VERÇOSA, 2006). Nesse período, a nomeação de alguém para ensinar restringia-se ao saber ler, escrever e aos conhecimentos sobre a fé católica. Ao reporta-se a época avalia Graciliano Ramos (1992, p. 185):

Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras. Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaque, discutir política e decorar sonetos, passatempo acessível a quase todos os roceiros.

No fragmento acima ele expõe preocupação com a aprendizagem e a habilidade dos alunos nessas instituições de ensino. No relatório refere-se ao povo como a um grupo exigente que solicita os serviços que lhe são de direito: “o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão” (RAMOS 1992, p. 190). Tem-se, aqui, um discurso crítico, como o autor, ao ressaltar a luta dos munícipes por seus direitos, entre eles, a educação escolar.

O percurso político de Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios teve curta duração. Ao renunciar em 1930, seguiu para Maceió onde assumiu a Direção da Imprensa Oficial do estado de Alagoas, da qual se demitiu em 1931, para retornar a Palmeira dos Índios. Mas volta novamente a Maceió em 1932.

Graciliano Ramos à frente da Diretoria da Instrução Pública

Graciliano Ramos assumiu a Direção da Instrução Pública do estado de Alagoas em 18 de janeiro de 1933, conforme noticiou o periódico *O Semeador*: “o novo diretor da instrução pública é Graciliano Ramos, nomeado por ato de 18 do corrente e pelo Interventor Federal [Afonso de Carvalho]” (O SEMEADOR, 19 de jan. 1933, p. 1). Ele permaneceu no cargo até 1936, quando foi preso. Segundo Moraes (2012), a razão da escolha de Graciliano Ramos, por Afonso de Carvalho, para administrar a escolarização pública justificava-se possivelmente por três motivos: primeiro, por sua notoriedade no meio literário, segundo, por sua administração

na Imprensa Oficial, considerada como modelo; e terceiro, pela exposição do relatório ao Estado pela Junta Escolar de Palmeira dos Índios quando a dirigia, que teve repercussão no ensino em Maceió. Graciliano Ramos considerou este ato “um disparate administrativo que nenhuma revolução poderia justificar” (RAMOS, 1979, p. 85).

No período em que Graciliano Ramos geriu a escolarização nas Alagoas, é válido esclarecer a respeito da gestão educacional em nosso país que o estudo da instituição escolar enquanto organização teve início com os pioneiros da Escola Nova, sobretudo, nos anos de 1930, com Anísio Teixeira que escreveu sobre a administração escolar, contribuindo, assim, para a formação de um campo teórico nessa área. No período, a administração da educação fundamentou-se nos princípios da administração clássica e “[...] na predominância dos técnicos que adotam soluções racionais para resolver problemas administrativos, em detrimento de seus aspectos humanos e sociopolíticos” (SANDER, 1982, p. 15). Dessa fase, conforme o autor, surgiram os estudos de Anísio Teixeira, José Querino Ribeiro, Antônio Carneiro Leão e Lourenço Filho, que influenciaram o âmbito da administração educacional no Brasil. Seus estudos foram marcados por vieses burocráticos e funcionalistas que aproximavam a escola do modelo empresarial. Contudo, deve-se ressaltar, com base em Anísio Teixeira (1968, p. 15), que a administração da educação escolar pode adquirir alguns aspectos da administração empresarial, porém nunca ser comparada a ela, visto que os sentidos tanto de uma quanto de outra administração são, em certo aspecto, até opostos, pois “[...] em educação, o alvo supremo é o educando a que tudo o mais está subordinado; na empresa o alvo supremo é o produto material, a que tudo se subordina”.

No âmbito político, é precisamente na década de 1930 que tem início a formação do Estado brasileiro moderno, com o governo de Getúlio Vargas. De acordo com Geraldo Filho (2001, p. 90-91), “A aristocracia rural brasileira foi derrotada pela burguesia urbana e muitos fazendeiros passaram a aplicar recursos na industrialização”. Já no âmbito educacional, havia urgência por mudanças, visto que o analfabetismo era um dos problemas considerados mais graves, a ponto de compreenderem a escola como redentora da sociedade. Uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931, objetivando criar um ensino mais apropriado à nova realidade de modernização do país, por isso, os investimentos em educação profissional e técnica. Havia, assim, o reconhecimento da relevância das lutas travadas pelos pioneiros da educação, defensores da escola pública, laica e obrigatória, no início da década de 1930.

O ensino público brasileiro apontava alguns problemas, como alto índice de analfabetismo, desistência escolar e a inexistência de uma educação básica comum. No

âmbito social, político e econômico, o Brasil passava por mudanças relevantes, como a industrialização e a urbanização juntamente com a migração para as cidades. Os pioneiros da educação defendiam propostas cujo fim era solucionar os problemas da escolarização no país. Desse modo, lutavam por um ensino que habilitasse o aluno a descobrir-se a si mesmo e a compreender o seu meio, seguindo os princípios da obrigatoriedade, laicidade, gratuidade e da escola única. Nesse sentido, o professor não iria apenas ensinar a criança e sim educá-la, como assegura Veiga (2007, p. 229) em relação aos princípios da escola nova: “A missão do mestre envolve preparar o aluno, pela via da educação integral, para a vida prática, fornecendo-lhe a base para vir a se converter num cidadão”.

Segundo Humberto Bastos (1939, p. 19), em Alagoas, a influência dos ideais escolanovistas foi pouca:

A escola ideal, única, onde se aprende trabalhando, a escola que, de auditório, passou a laboratório, não foi praticada integralmente em Maceió. (...) Acontece, porém, que a reforma ideológica que aqueles professores tentaram disseminar em todo o país não logrou sucesso desejado. Em Maceió, foi pequena a sua influência.

O que Bastos (1939) consegue identificar como mudança resultante desse ideário relaciona-se à estrutura física das instituições de ensino, mais particularmente na progressiva extinção da escola isolada e a construção dos grupos escolares, como grande ícone da Escola Nova em Alagoas.

Destarte, ressalta-se que nem a criação dos grupos escolares representou renovação nas práticas docentes, pois como se observa no artigo “Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas”, publicado na revista alagoana “*A Escola*” de 1935, a instrução pública em 1932, antes da administração de Graciliano Ramos, estava configurada da seguinte maneira:

[...] dezena e meia de grupos escolares, ordinariamente localizados em edifícios impróprios, e várias escolas isoladas na capital e no interior, livres de fiscalização, providas de material bastante primitivo e quase desertas. As professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, desaprendendo o que sabiam, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Salas acanhadas, palmatória, mobília de caixões, santos nas paredes, em vez de mappas (RAMOS, 1935, p. 13).

Importante salientar que eram poucos os municípios que possuíam grupos escolares nos anos de 1930 nas Alagoas. Do ponto de vista oficial, o sistema de criar grupos escolares foi adotado depois da Revolução de 1930, porém, na realidade, isto só existia nos decretos. Em Palmeira dos Índios, por exemplo, “havia um desses pessimamente instalado no prédio da

prefeitura. Móvel nenhuma. Cada aluno levava a sua cadeira, cada professora adquiria uma banca”. (RAMOS, 1935, p. 13). Assim, primeiro era criado um grupo escolar na lei, depois, nomeava-se o corpo docente, para, então, procurar uma casa.

Historicamente, foi a partir da primeira década do século XX até os anos 1940 que se configurou no Brasil a era dos grupos escolares²⁷. Esse novo tipo de instituição de ensino surgiu no estado de São Paulo em 1894²⁸. Essa experiência serviu como arquétipo para os demais estados brasileiros, contudo, o processo de implantação e expansão dos grupos escolares, segundo Pinheiro (2001, p. 112), “ocorreu de forma desigual e atendeu as necessidades sociais e culturais condicionadas a particularidades políticas e econômicas e ao nível de organização escolar existente em cada Estado”. Desse modo, em 1906, foi criado o primeiro grupo escolar de Minas Gerais, de nome Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Posteriormente, no ano de 1908, foi fundado, no Rio Grande do Norte, o Grupo Escolar Augusto Severo, e, no Espírito Santo, o Grupo Escolar Gomes Cardim (PINHEIRO, 2001).

A construção de novos espaços escolares era vista como condição imprescindível para a realização da função social da escola, assim como da cultura que lhe é própria. Em Alagoas, a educação configurava-se atrelada a imagens de atraso, sobretudo, devido à carência de instituições de ensino no interior do estado. Pode-se notar este fato no discurso de Afonso de Carvalho, (Interventor Federal) publicado no *Jornal de Alagoas*²⁹ no dia 12 de janeiro de 1933:

No sul de Alagoas [...] nossa situação é inferior a de muitas localidades vizinho ao estado de Sergipe [...]. Penedo como certos municípios do interior, vítima do esquecimento oficial, sofre os efeitos incontáveis do mal que o assoberba. Não há, nessas redondezas o trabalho de mãos vigorosas que passem pelo governo do Estado.

Homem de espírito como é, conhecedor dos sistemas modernos de ensino o novo interventor de Alagoas, deve saber, por suas orientações que o S. Francisco, um deserto de escolas, onde dia-a-dia mais se avolumam os peloros analfabetos.

Um record que nós fazemos questão de bater. Não bate-nos quase todas os outros, parecidos em gênero e numero.

A precariedade na esfera da educação escolar do Brasil, especialmente do nosso Estado na década de 1930 era evidente, com grande número de analfabetos. Foi assim que

²⁷ Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p. 22), “a questão do espaço para abrir a escola pública primária começou na segunda década do século XIX”, época em que os políticos e intelectuais erguiam-se em defesa de uma escola eficiente e rápida, com o corpo docente bem formado para desenvolver o método mútuo.

²⁸ Conforme Pinheiro (2001, p. 112), o grupo escolar de São Paulo foi “criado a partir do decreto nº 248, de 26 de julho, no transcorrer da segunda fase da Reforma da Instrução Paulista”.

²⁹ Conforme Barros (2005), Graciliano Ramos ingressa como redator do *Jornal de Alagoas* em 1933.

Afonso de Carvalho encontrou a educação nas terras alagoanas. E foi justamente nesse contexto educacional que ele escolheu Graciliano Ramos para gerir a escolarização do Estado.

O periódico *Jornal de Alagoas*, em 1933, divulgava a fundação e a reabertura de instituições de ensino e cursos voltados para a educação feminina. Como se pode observar nos trechos abaixo:

Fundação da Escola de Agronomia do Comercio de Alagoas [...] lecionando [...] os cursos Normal, Seriado e de Admissão. (JORNAL DE ALAGOAS, 10 de fev. de 1933).

Criação de mais um estabelecimento de ensino em Maceió Gimnasio Santos Dumont de caráter particular. O collegio mantém, com um bom corpo docente, internato, semi-internato e externato, apto por conseguinte, a prestar excelentes serviços a instrução particular (JORNAL DE ALAGOAS, 16 de fev. de 1933, p. 3).

Reabertura das aulas na Escola Ginásio e danças clássicas, fundada e dirigida por Helena Bastos em Maceió. (JORNAL DE ALAGOAS, 19 de fev. de 1933).

Reabertura do Collegio Diocesano para os cursos infantil, primário e de admissão para o curso secundário. (JORNAL DE ALAGOAS, 22 de fev. de 1933, p. 5).

Cursos noturnos para mulheres pobres mantidos pela Federação Alagoana pelo Progresso feminino, tais como: Portugues, Inglês, Allemão e horário das aulas. (JORNAL DE ALAGOAS, 29 de mar. de 1933, p. 2).

Fundação da escola Monsenhor Lessa, educandário gratuito para crianças pobres de ambos os sexos, mantido pela irmandade dos martírios e um curso noturno para 40 adultos (JORNAL DE ALAGOAS, 27 de abril de 1933).

Pode-se observar que a criação destas instituições, na gestão de Graciliano Ramos, representava para a educação escolarizada alagoana um meio para preencher as lacunas existentes nos processos formativos, tendo em vista o alto índice de analfabetos no solo alagoano.

Nesse período, conforme Bastos (1939, p. 18), “a mulher passou a frequentar mais [...] a escola, a mulher perdeu aqueles sentimentos do nosso tempo patriarcal, que a afastavam do banco da escola, que a isolavam [...]”. Havia uma preocupação com a escolarização da mulher pobre em virtude de sua inserção no eleitorado. Esse fato justifica, portanto, a abertura de cursos voltados para a sua instrução.

No *Jornal de Alagoas* que data de sete de março de 1933, Hygino Bello tece críticas ao limite de matrículas por candidatos às escolas, sobretudo, a Escola Normal de Alagoas e pede ao interventor do Estado, Afonso de Carvalho, permissão para as jovens ingressarem na única Escola Normal que tem nas Alagoas.

È um desamor, uma falta de patriotismo trancar as matriculas aos candidatos que desejam ingressar n'um estabelecimento, alegando-se o facto da super-lotação das classes, quando justamente estamos a gritar com todas as forças de nossos pulmões contra o coeficiente avultado de analfabetos que abrande á elevada proporção de 80% de nossa população (JORNAL DE ALAGOAS, 7 de mar. de 1933, p. 2).

Nota-se, no trecho acima, que a cultura intelectual da mocidade representa um dos anseios da pátria. A negação de um direito que lhes assiste chega a ser considerado ato desumano, sobretudo, numa época em que o analfabetismo era visto como o grande mal que atingia a maioria dos alagoanos e que deveria ser abolido. Essa visão a respeito do analfabetismo foi apresentada já nos anos de 1921 nas crônicas “Garranchos VI” e “Factos e fitas II” do jornal *O Índio* da cidade de Palmeira dos Índios, por Graciliano Ramos, como se pode observar nos fragmentos a seguir:

Voltamos a encarar de novo o grave mal que ameaça derruir a moral do povo: o analfabetismo. A ignorância arrasta, a passos gigantescos, a multidão sertaneja ao abismo tenebroso do crime! (GARRANCHOS VI, RAMOS, 2012, p. 65).

Começa hoje este jornal uma campanha contra o analfabetismo. É uma coisa lamentável, realmente, o grande atraso em que vivemos. (FACTOS E FITAS II, RAMOS, 2012, p. 85).

Como se observa no trecho acima, novamente, Graciliano Ramos faz associação entre violência e ignorância. Ele não escapa à máxima de que todo discurso é fruto de seu tempo; a este tempo adere e dialoga; ou com ele colide, este é um elemento que impõe limites na escrita de qualquer intelectual.

Destarte, vale salientar que a concepção de analfabetismo como fenômeno de atraso, enfatizado por Graciliano, tinha repercussão nacional. Isto pode ser evidenciado na imprensa alagoana no ano de 1933 no artigo “Contra o Analfabetismo, de Narciso Berlese”: “Salvemos o Brasil deste enorme prejuízo moral que são os trinta milhões de analfabetos num país de quarenta milhões de habitantes. 75% de analfabetos é uma vergonha que nos deprecia e abate. Apenas 25% da nossa população sabe ler. [...]”³⁰.

Segundo Costa (1931), a República encontrou alfabetizada a grande massa proletária de Alagoas. Esta é uma questão que deve ser problematizada visto que, no período, o problema do analfabetismo não se restringe apenas a Alagoas, mas tem abrangência nacional. Como mostra Carvalho (2003 p. 102), a partir do recenseamento feito em 1920, pode-se constatar as taxas de alfabetização dos seguintes estados: “Bahia 18,4%; Distrito Federal 61,3%; Minas Gerais 20,7%; Pernambuco 17,8%; Piauí 12,0%; Rio de Janeiro 24,7%; Rio G. Sul 38,8%; São Paulo 29,8%; Santa Catarina 29,5%”. Vale destacar, com base no autor, que

³⁰ O artigo “*Contra o Analfabetismo*”, de Narciso Berlese, foi publicado no Jornal de Alagoas no dia 28 de outubro de 1933.

os índices elevados de alfabetizados em alguns estados brasileiros eram devidos à presença dos estrangeiros, cujo nível de alfabetização era quase o dobro dos brasileiros.

Graciliano Ramos estava ciente de que a administração de “qualquer setor institucionalizado conta entre outros aspectos, com a legislação como forma de organizar-se e de atender a objetivos e finalidades” (CURY, 2006, p. 43). Desse modo, ele baixou, em sua administração, o Decreto 1.800, implementado em seis de julho de 1933. Com essa lei, foi possível uma reorganização no corpo docente primário, conforme se observa no documento:

Art. 3º- Fica vedado a indivíduos não diplomados o magistério da instrução publica primária.

Art. 28. Suprime-se nos grupos escolares do interior o curso de formação de professores rurais.

Art. 20 – Para propagação e fiscalização do ensino nas escolas estadoaes municipaes e particulares, em cada município que possuir grupos escolares [...] haverá uma junta escolar composta de tres inpectores municipaes.

Art. 29- Ficam instituídos, para a educação de crianças de quatro a sete annos, jardins de infância. (JORNAL DE ALAGOAS, 8 de julho de 1933.)

Observa-se, assim, a preocupação do Diretor da Instrução Pública com a melhor qualificação para o exercício docente, tendo em vista a melhoria do ensino. A proibição do ingresso no magistério público primário de pessoas não diplomadas gerou uma revisão no professorado primário e causou descontentamento de muitos com Graciliano Ramos, por sua rigidez na aplicação dessas medidas. Antes, as professoras eram nomeadas por chefes políticos e talvez tal procedimento continuasse como prática. No período, a imprensa divulgou “66 atos de exoneração de professoras interinas³¹”. (JORNAL DE ALAGOAS, 9 de julho de 1933). O concurso para admissão das professoras demitidas tinha prazo marcado para março de 1934, conforme o artigo 17 do Decreto em vigor. Assim, foram abertas inscrições para um curso preparatório para o concurso na Escola Normal de Maceió, porém, por determinações políticas, Afonso de Carvalho e Graciliano Ramos anteciparam o concurso para outubro de 1933.

Supõe-se que Graciliano Ramos tenha seguido o exemplo de Fernando de Azevedo, (Secretário da Educação da capital e da República) com a Reforma do Ensino do Distrito Federal em 1928, na qual se realizou uma reestruturação no corpo docente, num cenário político em que os costumes enraizados na administração pública “faziam do preenchimento dos cargos públicos [...] um dos elementos principais das barganhas políticas, num regime de

³¹ Conforme Sant’ana (1992), todas as professoras demitidas lecionavam em escolas do interior do estado de Alagoas, entre elas, a irmã de Graciliano, Ramos Marilí Ramos, que ministrava aulas em Anel, povoação de Viçosa.

clientela, de apadrinhamento, em que vigorava o chamado popularmente de ‘pistolão’ [...]” (LEMME, 1988, p. 36). Assim, na gestão de Fernando de Azevedo foram demitidos todos os antigos professores do ensino normal, indicados sem concurso, alguns deles dotados de grande prestígio político (LEMME, 1988).

O problema da formação docente era apenas um dos pontos, na gestão de Graciliano Ramos. Outro deles era a ausência de estudantes nas escolas devido ao estado de pobreza dos pais, a falta de vestuário, calçado e alimentação. Nesse sentido, a fim de aumentar o número de alunos frequentando as instituições de ensino, ele distribuiu sapatos e roupas a quatrocentas crianças pobres, matriculadas no Grupo Escolar Diégues Júnior, conforme noticiou *O Jornal de Alagoas* no dia sete de julho de 1933 “Calçando e vestindo conforme o figurino escolar quatrocentas crianças pobres de arrebalde, a diretoria de instrução pública realiza, assim, uma obra de duplo sentido de benefício social para as crianças e para a educação do Estado”.

Segundo Clara Ramos (1979), Graciliano Ramos tinha o hábito de visitar, com frequência, as instituições de ensino, sobretudo, as rurais, sem aviso prévio, a fim de supervisioná-las. Desse modo, em uma de suas visitas, constatou a existência de alguma irregularidade na escola, visto que as salas de aula estavam vazias, as professoras desocupadas. Diante dessa situação, ele vai direto ao assunto e questiona: “Não há alunos? Por que não há? Qual a população infantil estimada no bairro?” (RAMOS, 1979, p. 85). Elas justificaram que as crianças não possuíam condições de frequentar a instituição de ensino, devido sua pobreza e precisavam ajudar seus pais no trabalho. Este quadro de pobreza o leva a ordenar:

As senhoras iniciarão amanhã uma campanha de quinze dias visando ao aumento das matrículas. Irão de porta em porta chamar as crianças á escola. Façam o favor de dizer aos pais que seus filhos terão alimentação, merenda diária paga pelo caixa escolar.³²(RAMOS, 1979, p. 85).

Do ponto de vista oficial, no Decreto n. 1259 de três de novembro de 1928, no artigo 2º, uma das atribuições do Diretor da Instrução Pública era: “Fornecer pela verba do Caixa Escolar, livros e roupas aos alumnos reconhecidamente pobres, mediante requisição da autoridade escolar competente”. Desse modo, o administrador da educação em Alagoas desenvolvia ações tendo como suporte o aparato legal. Vale colocar que o *Jornal de Alagoas*

³² Caixa Escolar – verba pública do Estado – destinada a suprir as necessidades mais urgentes das instituições escolares, sobretudo dos alunos reconhecidamente pobres.

em 15 de julho de 1933 noticia a adoção do livro de Monteiro Lobato³³ “As aventuras de Hans Staden” nas escolas primárias do estado pelo Diretor geral da instrução pública. A imprensa alagoana elogiou a medida, provavelmente pelo fato de o livro ser considerado adequado ao imaginário infantil, porque ele se distinguia das pedantices rebuscadas dos livros narrados pelo autor de *Vidas Secas*.

Apresenta-se a seguir o discurso proferido pelas professoras, que circulou na imprensa alagoana, por ocasião do final do ano letivo dos grupos escolares: “Diégues Júnior” e “Fernandes Lima”: no qual expõem a sua visão em relação à administração de Graciliano Ramos:

[Profª. Irene Garrido diretora do grupo escolar Diégues Junior] “Senhor Diretor da Instrução Publica, nossa gratidão á vossa autoridade, por tudo quanto tendes feito pelo desenvolvimento e prestígio deste Grupo escolar, o que equivale a dizer, pela infancia da Pajussara – uma partícula da infancia brasileira em que se resume o próprio futuro da nossa nacionalidade”. (JORNAL DE ALAGOAS, 29 de novembro de 1933).

[Prof. Lourdes Rego do grupo escolar Fernandes Lima].[...] sr. diretor, que tendes sido incansavelmente o batalhador, continue vossa obra bem dita, cheia de entusiasmo pela causa da instrução. Muito tendes feito por esta causa, quer dando roupas e calçados ás creanças necessitadas, quer com a vossa intelligencia iluminada, desenvolvendo e incentivando a todos os que têm sobre os hombros a cruz bem dita da responsabilidade da grandeza da patria. [...](JORNAL DE ALAGOAS, 1 de dezembro de 1933).

A fala das professoras também expressa o ideal da educação da infância como elemento de progresso da nação brasileira. Além disso, observa-se a ênfase dada para a prática do professor primário como uma missão.

É relevante ressaltar que, de acordo com Costa (1931), a educação pré-escolar teve início em Alagoas em 1923, quando criado o primeiro jardim de infância pelo referido autor. Com a reforma de 1925, são criadas oficialmente essas instituições pelo artigo 45, do Decreto n. 1.140, de 19 de setembro de 1925, passando a funcionar anexo a grupos escolares. No entanto, o jardim infantil como “unidade escolar autônoma” e não somente como complemento de grupos escolares, ocorreu a partir do Decreto 1800 de 1933. Segundo Sant’ana (1992, p.56): “Essas [novas] unidades, em número de três, instaladas em pavilhões circulares edificados na Praça D. Pedro II, tinham como Diretora-Geral a professora Maria Rosália Ambrózzio [e] contava com uma diretora e duas guardiãs”. As professoras e diretoras dos jardins de infância recebiam uma gratificação por ano, exposta no Artigo 16 do Decreto

³³ Monteiro Lobato foi um dos primeiros brasileiros a publicar obras valorizando a inteligência infantil. O referido autor inova na linguagem ao relativizar o poder do adulto em relação à criança, diferentemente dos livros do Barão de Macaúbas tão criticados por Graciliano Ramos na sua obra *Infância*.

supracitado por Graciliano Ramos “o professor de grupo escolar perceberá além dos vencimentos correspondentes a classe a que pertencer uma gratificação de 600\$000 por anno. A gratificação será de 1.200\$000 quando o professor exercer as funções de director do estabelecimento”.

Durante o ano de 1933, o estado de Alagoas recebeu a visita do presidente Getúlio Vargas. Devido a esse fato, todas as escolas organizaram-se para cantar o hino nacional, seguindo o exigido ensino patriótico. No período, foi divulgado, no *Jornal de Alagoas* de cinco de setembro de 1933, o discurso do Interventor Federal Afonso de Carvalho apresentando alguns números relativos à educação escolar, revelando que:

O primeiro semestre de 1933 acusou uma matrícula de 15.630 alunos, o que quer dizer, 745 a mais que em todo o ano passado e uma frequência de 10.278 alunos, o que equivale a frequência dos dois semestres de 1932, menos 1.007 alunos [...] determinou a criação da Escola Normal de Penedo, a criação de novos grupos escolares em Pão de Assucar, Atalaia, Murici, a reforma do de Penedo e a conclusão do de Pedra. Criou ainda a Instrução Publica a Escola Profissional Feminina de Maceió e oficializou a Faculdade de Direito desta capital [...].

Na exposição, observa-se uma declaração de elogio público ao novo diretor da educação alagoana, que realiza um trabalho valioso para a educação do Estado. No entanto, nem sempre a relação de Graciliano Ramos com Afonso de Carvalho foi tranquila. Conforme Moraes (2012, p. 92), eles desentendiam-se quanto à construção de escolas. O governador do Estado, “por questões políticas, queria ampliar a rede. O diretor da instrução publica ponderava que era preciso, primeiro, reformar as unidades existentes”, devido a sua precariedade.

Paulatinamente, as escolas públicas alagoanas – que funcionavam precariamente em pequenas salas – foram desaparecendo. Dez delas haviam sido fechadas em 1934, substituídas por dois grupos escolares que empregavam dezenove professores. Nesse ano, precisamente em maio, foi nomeado o novo Interventor Federal do Estado: Osman Loureiro. Ramos apresentava pedido de demissão, mas ele recusa argumentando que merecia toda a confiança.

No relatório da Instrução pública escrito por Graciliano Ramos em 1935, ele informa que, em 1934, os alunos de famílias com poucos recursos financeiros receberam 9.064 metros de tecidos. Além disso, ele fez referência, pela primeira vez em sua gestão, à distribuição de material escolar: 3.865 cadernos. Ainda no referido ano, relata Graciliano Ramos (1935, p. 14) que “em 1932 houve 4.089 promoções e 544 conclusões de curso; em 1934 tivemos 7.697 promoções e 1.519 conclusões de curso”. Após dois anos administrando a educação pública do Estado, no dia 13 de dezembro de 1935, o *Jornal de Alagoas* noticia o aumento de

85,2% no número de matrículas de 1932 a 1934, como se pode observar a partir do seguinte trecho: “Em 1932, a matrícula geral de alumnos atingiu a 21. 748; em 1933 a 32. 913, para em 1934 chegar a 40. 239, com uma frequencia, neste ultimo anno, de 27. 462 alumnos”.

A imprensa alagoana informava ainda que o governo do sr. Osmam Loureiro estava empenhado na construção de grupos escolares nas cidades do interior. Desse modo, “o Estado já possui vinte grupos escolares, em condições técnicas suficientes para o preenchimento de sua finalidade”. (JORNAL DE ALAGOAS, 13 de dezembro de 1935, p. 3).

Embora com pouco tempo na administração pública da educação, é válido e apropriado afirmar que Graciliano Ramos realizou um trabalho significativo para a educação escolar de Alagoas. Primeiro, como Prefeito e, depois, atuando diretamente na escolarização do Estado³⁴. Nesse sentido, oficializou e desenvolveu ações tendo em vista a melhoria do ensino e a formação para o exercício docente no processo de escolarização.

³⁴Os autores alagoanos Ivan Bezerra de Barros (1984); Moacir Medeiros de Sant’Ana, (1992); Clara Ramos (1979) e J. Ubireval Alencar Guimarães (1987) confirmam que Graciliano Ramos desenvolveu ações tendo em vista a melhoria na escolarização alagoana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de permanecer pouco tempo gerindo a escolarização em Alagoas, Graciliano Ramos foi rigoroso no emprego da verba pública para atender as necessidades de uma instituição escolar destinada ao povo. Neste sentido esforçou-se para eliminar um perfil de escola similar ao representado em sua literatura. Um estabelecimento de ensino que se inseria nos moldes tradicionais, devido à predominância de docentes sem formação qualificada para o exercício do magistério, livros inadequados à capacidade cognitiva infantil, ensino abstrato, utilização dos castigos corporais nas práticas pedagógicas como recurso facilitador da aprendizagem da criança. Na condição de literato, sua crítica se dirigia ao que ocorria no interior da escola. Como gestor público seu olhar focalizava a ação do governo e suas ações ineficientes.

Destacam-se como aspectos característicos de sua atuação em solo alagoano: o senso de retidão de caráter, de honestidade com a verba pública. Como contribuições para a escolarização do nosso Estado ressalta-se que implementou o Decreto 1800 de seis de julho de 1933, que revelou o empenho do gestor com a qualificação para o exercício docente, além disso, a criação de jardins de infância separados dos grupos escolares, a valorização das professoras primárias despendendo uma gratificação anual no salário delas, a recriação da inspeção escolar a fim de fiscalizar o ensino. Acrescente-se ainda que reformou escolas e criou grupos escolares na capital e no interior, tendo em vista a substituição das escolas isoladas. Com a distribuição de material escolar, aumentou, em número considerável, as matrículas de alunos nas instituições de ensino.

Por fim, é importante destacar, com base nas ações implementadas na administração de Graciliano Ramos, que a escolarização alagoana apresentou melhorias significativas. Como se observou, havia uma preocupação do diretor da instrução com a infância pobre, a estrutura física das escolas e, sobretudo, com a formação para o exercício docente, visto que eram e são aspectos fundamentais na estruturação de qualquer sistema de ensino.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Decreto n. 1259 de 3 de novembro de 1928. *Dá Novo Regulamento à Instrução Pública do Estado de Alagoas.*

AZEVEDO, Janete Martins Lins de. **O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil:** uma abordagem histórica. In: *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.* (Orgs.) FERREIRA, Syria Capareto; AGUIAR, Márcia Angela da S. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Graciliano era assim.** Maceió, Alagoas: SERGASA, 1984.

BASTOS, Francisco Glauco Gomes. **Graciliano Ramos:** formação intelectual, literária e campo de conflito da escritura em São Bernardo. 2012, 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras na área de Literatura Comparada) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BASTOS, Humberto. **O desenvolvimento da instrução pública em Alagoas.** Maceió, 1939.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista.** São Paulo. Martin Claret.

CANDIDO, Antônio. **Ficção e confissão:** ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro:Ed. 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. **Revista USP.** Dossiê Brasil República. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 59, set./nov. 2003.

CERTEAU, Michel de. **Operação historiográfica.** In: _____ A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREA, Viriato. **Cazuza:** A história verdadeira de um menino de escola. 31 ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1983.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves; SILVA, Lilian Lopes Martin da. **Cartas de ABC e cartilhas escolares: alfabetização nas escolas amazonenses (1850-1900)**. In: V **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. Aracaju-Sergipe, BRASIL UFS/UNIT, novembro de 2008.

COSTA, Craveiro. **Instrução pública e instituições Culturais em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

COSTA, Craveiro. **Instrução pública e instituições Culturais de Alagoas e outros ensaios**. Maceió: EDUFAL, 2011.

COSTA, Maria Cledilma Ferreira da. **Formação de professores: (re) construção histórica do curso normal em Santana do Ipanema**. In: V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas. Maceió-AL, agosto/ setembro de 2010.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Marcia Angela da S. (Orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DÓRIA, Antônio Sampaio. **Análises de obras literárias**. In: O preconceito em foco: análise de obras literárias infanto-juvenis – reflexões sobre História e Cultura. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução Elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14, p. 19-34, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000.

FARIA, Vivianne Fleury de. **Um fausto cambembe**: Paulo Honório. 2006, 206 f. Tese (Doutorado em Literatura) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. In: ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.) Dossiê Alfabetização e Letramento. Educação: **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, UFSM, 2007. Vol 32, nº1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, Gilberto. O pai e o filho. In: _____ **Sobrados e Mocambos**. Tomo I. Vol. 7. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FROTA-PESSOA, Oswaldo; NUNES, Clarice; KAPLAN, Sheila. **Entrevista de Paschoal Lemme**. 1988. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/8_Redemocratizacao/entrevista%20paschoal%20leme.htm>. Acesso em: 15 de fev. 2013.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos**. In: Projeto memória de leitura. São Paulo, v. 2, 2002.

GERALDO FILHO, Francisco. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

GOUVÊIA, Maria Cristina Soares de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ZICA, Matheus da Cruz e. **A literatura como fonte para a História da Infância: possibilidades, limites e algumas explorações**. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). Cinco estudos em História e Historiografia da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUIMARÃES, J. Ubireval Alencar. **Graciliano Ramos e a fala das memórias**. Maceió, Alagoas: SERGASA, 1987.

LEMME, Paschoal. **Memórias**. V. 2. São Paulo: Cortes: [Brasília DF]: INEP, 1988.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da Educação e Literatura: algumas idéias e notas. **Revista do Centro de Educação**. Edição 2005. Vol. 30. N 2. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a10.htm> >; Acesso em: 25 de abril de.2013.

MAIA, João Roberto. Apontamentos sobre a obra de Graciliano Ramos. 2007. **Espéculo. Revista de estudos literarios**. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero35/gramos.html>>. Acesso em: 10 de mar. de 2013.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. Os desafios teóricos da História e a Literatura. **Revista História Hoje**. Vol. 1. Nº 2. Dezembro 2003. ISSN 1806-3993. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>>; Acesso em: 25 de abril de 2013.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. 1 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **Fontes e objetos históricos no ensino de História da Educação: os lugares do texto literário**. (2006). Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/92DislaneZerbinattiMoraes.pdf>>; Acesso em: 25 de abril de 2013.

PEREIRA, Wellington Gustavo. **Infância, de Graciliano Ramos: um relato dentro do período pós-abolição**. 2010, 129 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. **Revista nuevo mundo- mundos nuevos**.(2006). Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>; Acesso em 20 de mar. 2013.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Passagem da era das cadeiras isoladas a era dos grupos escolares. In: _____ **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. 2001, 263 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu: crônicas de saudades**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

RAMOS, Clara. **Mestre Graciliano: confirmação humana de sua obra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. Alguns números relativos a à instrução pública em Alagoas. In: **A Escola**, Maceió, vol. I, p. 13-14, set. 1935, fasc. 1.

_____. **Angústia**. 49 ed. Rio: São Paulo: Record, 1998.

_____. **Garranchos Graciliano Ramos**. (Org.) SALLA, Thiago Mio. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. Infância. In: **Obra Completa**. Vol.III. 24 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1992.

_____. **Linhas Tortas**. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Relatórios**: Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record (PE): Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

_____. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Viventes das Alagoas**: quadros e costumes do Nordeste. 15 ed. Rio, São Paulo: Record, 1992.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano**: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

REGO, José Lins do. Doidinho. 20ª ed. In: **Romances reunidos e ilustrados**, 2. Rio de Janeiro: José Olympio / Brasília: INL, 1980.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. **Abertura entre as nuvens**: Uma reinterpretação de Infância, de Graciliano Ramos. 2008, 132 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SALLA, Thiago Mio. Análise dos “Quadros e Costumes do Nordeste”: as estratégias do autor consubstanciadas no texto. In: _____. **O fio da navalha**: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política. 2010, 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação na área de Teoria e Pesquisa em Comunicação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANDER, Benno. **Administração da educação no Brasil**: evolução do conhecimento. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Graciliano vida e obra**. Maceió: Secretaria de Comunicação Social-SECOM, 1992.

SILVA, Márcia Cabral da. **Infância, de Graciliano Ramos**: Uma História da formação do Leitor no Brasil. 2004, 196 f. Tese (Doutorado em Letras na área de Teoria e História Literária) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil) São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Josefa Adriana Cavalcante Ferro de. **A trajetória da educação escolar em Palmeira dos Índios/Al ontem e hoje**: o caso do Colégio Estadual Humberto Mendes. 2010, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Natureza e função da Administração Escolar. In: **Administração Escolar**: Edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar. Salvador: ANPAE, 1968, p.9-17.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas**. 3 ed. Alagoas: Edufal, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920**. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). Cinco estudos em História e Historiografia da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONTES IMPRESSAS

- Diário Oficial**, 5 de janeiro de 1928, ano XVI, nº4436, p. 1.
- Diário Oficial**, 11 de dezembro de 1927, ano XVI, nº4415, p. 1.
- Diário Oficial**, 18 de dezembro de 1927, ano XVI, nº4421, p. 1.
- O Semeador**, 19 de janeiro de 1933, ano XX, p. 1, nº 7.
- Jornal de Alagoas**, 12 de janeiro de 1933, ano 26, nº 9, p.1.
- Jornal de Alagoas**, 10 de fevereiro de 1933, ano 26, nº 34, p.3.
- Jornal de Alagoas**, 16 de fev. de 1933, ano 26, nº 39, p. 3.
- Jornal de Alagoas**, 19 de fevereiro de 1933, ano 26, nº 42.
- Jornal de Alagoas**, 22 de fev. de 1933, ano 26, nº 44, p. 5.
- Jornal de Alagoas**, 7 de março de 1933, ano 26, nº. 53, p. 2.
- Jornal de Alagoas**, 29 de março. de 1933, ano 26, nº 72, p. 2.
- Jornal de Alagoas**. 20 de maio de 1933, ano 26, nº 112, p. 3
- Jornal de alagoas**, 27 de abril de 1933, ano 26, nº. 95.
- Jornal de Alagoas**, 7 de julho de 1933, ano 26, nº 190.
- Jornal de Alagoas**, 8 de julho de 1933, ano 26, nº 151.
- Jornal de Alagoas**, 9 de julho de 1933, ano 26, nº 152.
- Jornal de Alagoas**, 15 de julho de 1933, ano 26, nº 156.
- Jornal de Alagoas**, 5 de setembro de 1933, ano 26, nº 199.
- Jornal de Alagoas**, 29 de novembro de 1933, ano 26, nº 274.
- Jornal de Alagoas**, 1 de dezembro de 1933, ano 26, nº 270.
- Jornal de Alagoas**, 28 de outubro de 1933, ano 26, nº 241.
- Jornal de Alagoas**, 13 de dezembro de 1935, ano 27, n. 267, p, 3.